Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar – estudo de caso na região de Ourinhos

Rodrigo Beccheri Cortez

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia Aplicada

Piracicaba
2017

Rodrigo Beccheri Cortez
Engenheiro Agrônomo

Os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica da multifuncionalidade
da agricultura familiar – estudo de caso na região de Ourinhos

versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada.

Piracicaba
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Cortez, Rodrigo Beccheri

Os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar – estudo de caso na região de Ourinhos / Rodrigo Beccheri Cortez.- - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2017.

100 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Agricultura familiar 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar 3. Multifuncionalidade da agricultura familiar 4. Desenvolvimento rural 5. Segurança alimentar . I. Título

AGRADECIMENTOS

Indispensável agradecer à minha família, sempre. A meus pais, agradeço pela vida, pela criação, pelos irmãos, pelo carinho e pelas oportunidades que me proporcionam a cada momento.

À minha esposa Dalva, que muito mais do que uma incentivadora, é um exemplo de que vale a pena se dedicar e acreditar em seus sonhos. A meus filhos Pedro (o mais velho) e Rhaian (o mais novo), que me fazem lembrar de que é necessário ser exemplo de boas ações a cada dia.

A meus apoiadores iniciais nessa empreitada, minha irmã Mirian, que esteve ao meu lado nos momentos muito duros de minha vida, bem como em boas caminhadas pelo calçadão de Camburi; à Mariana Bonomo, que me emprestou boa parte dos livros para a elaboração do projeto inicial para o Mestrado.

A Luiz Felipe Borges Martins, que entusiasticamente colaborou e me apoiou desde o início desta empreitada, e mostra o valor das amizades e a importância de se morar numa república esalqueana (Salve, República Picareta!).

A meus amigos de trabalho no Espírito Santo, Rafael, Robertinho, Leonardo, Fabrício e principalmente ao Josean de Castro Vieira (Jota), que muito me incentivou nessa empreitada,

A meus amigos do INCAPER, em especial à Pierângela Aoki, pela parceria, cumplicidade e transparência ao longo de nossos trabalhos para a implantação do PNAE no estado do ES.

Ao Professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, que desde o primeiro contato me incentivou e me orientou de forma transparente, serena, objetiva e madura, proporcionando-me toda oportunidade e liberdade para os diálogos e construção desse trabalho.

Aos colegas da Agremal, pela vivência (bem menor do que eu gostaria), pelos conselhos e pela oportunidade de aprender conjuntamente.

À Mara Casarin, sempre reverenciada em todos os agradecimentos não por mera formalidade, mas por realmente cativar os alunos pela excelência em seus trabalhos, pelo zelo, pelo carinho e incentivo ao longo de cada jornada.

Aos servidores do setor de compras das prefeituras de Ourinhos, Chavantes e Salto Grande, pela paciência e pronto atendimento em relação aos projetos de vendas para o PNAE

Aos Servidores do setor de alimentação escolar de Ourinhos e ao Wanderley, da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, pela dedicação aos seus trabalhos e o apoio logístico à pesquisa.

Aos integrantes da Associação dos Pequenos Produtores do Bairro de Ribeirão Grande, de Ourinhos, e da Associação Frutos da Terra, de Chavantes, por abrirem muito mais do que suas portas: por compartilharem informações e conhecimentos tão peculiares quanto à organização da associação e de seus estabelecimentos, suas angústias, suas batalhas e suas vitórias do dia-a-dia.

Por fim, e não menos importante, à ESALQ, que por ser uma escola pública, permitiu a mim cursar Engenharia Agrônoma e retornar, tantos anos depois, para cursar o Mestrado em Ecologia Aplicada, cumprindo sua missão inúmeras vezes vitoriosa.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1. A MOTIVAÇÃO INICIAL	9
1.2. OBJETIVO, HIPÓTESE E PRINCIPAIS PONTOS PARA ANÁLISE	10
1.3. A ESCOLHA DA REGIÃO DE OURINHOS COMO CAMPO DA PESQUISA	11
1.4. OS PRINCIPAIS TÓPICOS DA DISSERTAÇÃO.....	12
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1. A AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTOS E DEFINIÇÃO LEGAL	15
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
2.3. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	24
2.4. BREVE HISTÓRICO DO DEBATE SOBRE AS NOÇÕES DA MULTIFUNCIONALIDADE	28
2.5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA PESQUISA	37
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	41
3.1. A METODOLOGIA.....	43
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	47
4.1. O PNAE E O PAPEL DO PODER PÚBLICO LOCAL E DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES	47
4.2. A REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS	58
4.3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICO-PRODUTIVAS DOS ESTABELECIMENTOS COM VISTAS À PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS PRÓPRIAS FAMÍLIAS RURAIS E DA SOCIEDADE	68
4.4. O PNAE E A MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL	73
4.5. A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PAISAGEM RURAL	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	91
LISTA COM AS DATAS, LOCAL E PERFIL DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS DE JANEIRO A MARÇO DE 2015.....	96

RESUMO

Os impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar – estudo de caso na região de Ourinhos

O mercado de compras institucionais, que exerce papel relevante para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da agricultura familiar em todo o país, teve, através da Lei 11.947/2009, um incremento substancial: a partir de sua vigência, em 2010, esta lei, que delimita as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, determinou que ao menos 30% das verbas federais destinadas para a compra da alimentação escolar da rede escolar dos municípios e dos estados, devem ser utilizadas para compras diretas da agricultura familiar, de assentados da reforma agrária de povos e comunidades tradicionais. Com tal medida, abriu-se um mercado institucional de R\$ 3,8 bilhões por ano a estes atores, responsáveis pela produção de 70% dos alimentos básicos do país, segundo dados do IBGE. Além da possibilidade de incremento de renda, a comercialização para o PNAE estimula a agricultura familiar a organizar-se de forma coletiva, via associações e cooperativas, e a ocupar um espaço de destaque junto à sociedade e ao setor público, através do reconhecimento e da valorização de seus múltiplos papéis como a produção de alimentos saudáveis e segurança alimentar, da preservação do meio ambiente e da manutenção de tradições sociais e culturais do campo. Os recursos do PNAE para os municípios e estados variam de acordo com o número de alunos na rede pública. As escolas, por sua vez, através do setor de nutrição, elaboram seus cardápios, prioritariamente em sintonia com as tradições alimentares regionais e com a produção da agricultura familiar local, definindo os produtos que serão adquiridos anualmente. Este estudo, desenvolvido na região do Médio Paranapanema nos municípios paulistas de Ourinhos, Chavantes e Salto Grande, teve como objetivo central verificar os impactos do PNAE sobre os agricultores familiares, considerando-se a ótica da multifuncionalidade. Para tanto, além das revisões bibliográficas, foram realizadas entrevistas com 17 representantes do setor público (das secretarias de educação e de agricultura, dos setores de alimentação escolar e de compras e dos serviços da assistência técnica e extensão rural nos municípios) e visitas ao centro de distribuição de alimentos de Ourinhos, às cozinhas municipais de Chavantes e de Salto Grande e a 21 unidades de produção familiar. Junto às famílias de agricultores familiares, foram realizadas 56 entrevistas durante visitas à seus estabelecimentos. Com o decorrer da pesquisa foi possível verificar a construção das relações institucionais entre prefeituras e agricultores, bem como as principais dificuldades e conquistas encontradas nesta empreitada. Por sua vez, junto aos agricultores, foram verificados alguns impactos do PNAE sobre a preservação do meio ambiente sobre a paisagem, bem como sobre as técnicas produtivas e suas relações com a segurança alimentar e produção de alimentos saudáveis. O PNAE, por fim, exerceu forte impacto sobre a renda das famílias, o que, por sua vez, se refletiu positivamente sobre o aspecto de manutenção do tecido social e cultural e, mais fortemente, sobre as questões de reprodução social e econômica das famílias, gerando novos arranjos na distribuição de trabalho entre os membros da família, com novas e melhores perspectivas para as mulheres e para os jovens.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar ; Multifuncionalidade da agricultura familiar; Desenvolvimento Rural; Segurança alimentar

ABSTRACT

The impact of the National School Feeding Programme from the perspective of multifunctionality of family agriculture - case study in the Ourinhos region

The market institutional purchases, which plays an important role in local development and the strengthening of family farming throughout the country, had, through the Law 11947/2009, a substantial increase: from its term in 2010, this law which defines the guidelines of the National school feeding Programme, determined that at least 30% of federal funds intended for the purchase of school meals the school network of municipalities and states, should be used to direct purchases of family farming, the settlers agrarian reform peoples and traditional communities. It opened up an institutional market of R \$ 3.7 billion a year to these actors, responsible for producing 70% of basic food of the country, according to IBGE data. Besides the possibility of income growth, marketing for PNAE allows family farmers to organize themselves collectively through associations and cooperatives, and occupy a prominent space in the society and the public sector, through the recognition and appreciation of their key role on the production of healthy food and food security, preserving the environment and maintaining social and cultural traditions of the field. The PNAE resources to municipalities and states vary according to the number of students in the public local network. Schools, in turn, through the nutrition sector, develop their menus, primarily in line with the regional food traditions and the production of local family farms, and define the products to be purchased annually. This study was developed in the Middle Paranapanema region in the towns of Ourinhos, Chavantes and Salto Grande, had as its central objective to verify the PNAE's impacts on farmers, considering the perspective of multifunctionality. Therefore, in addition to literature reviews, interviews were conducted with 17 people from the public sector (with the education departments, agriculture departments, school feeding sector, purchasing department and technical assistance and rural extension in the municipalities), visits to the center Ourinhos distribution of food and municipal kitchens Chavantes and Salto Grande and especially visits to 21 family production units, where each establishment became a cross walk. With families of farmers were conducted 56 interviews. In the course of the research it was possible to verify the construction of institutional relations between municipalities and farmers, as well as the main difficulties and achievements found in this endeavor. Turn to farmers, there was some PNAE impacts on the preservation of the environment and the landscape, as well as the production techniques and their relationship with food security and healthy food production. The PNAE finally had a strong impact on household income, which, in turn, is positively reflected on the aspect of maintaining the social and cultural fabric and more strongly on issues of social and economic reproduction of families, generating new arrangements in the distribution of work among family members, with new and better prospects for women and young people.

Keywords: . Family farming; National School Feeding Programme; Multifunctionality of family farming;. Rural development; Food security

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
APPBRG	Associação dos Pequenos Produtores do Bairro de Ribeirão Grande
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica e Integração
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FETAES	Federação dos Trabalhadores no Espírito Santo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PMO	Prefeitura Municipal de Ourinhos
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UPF	Unidade de Produção Familiar
USP	Universidade de São Paulo

Lista de Tabelas

TABELA 1. VALOR PER CAPITA DE REPASSE PNAE POR DIA E POR ANO.....	26
TABELA 2. POPULAÇÃO, IDHM E PIB DOS MUNICÍPIOS DE OURINHOS, CHAVANTES E SALTO GRANDE.....	39
TABELA 3. REUNIÕES/ENTREVISTAS COM ATORES DO SETOR PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DE OURINHOS, CHAVANTES E SALTO GRANDE.....	41
TABELA 4. COMPARATIVO DA VERBA DO PNAE 2014 E VALOR DOS 30% NOS MUNICÍPIOS DE OURINHOS, CHAVANTES E SALTO GRANDE:	47
TABELA 5. O PNAE E COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR: PONTOS POSITIVOS E ENTRAVES SOB A ÓTICA DO SETOR PÚBLICO, AO LONGO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PNAE:	51
TABELA 6. COMPOSIÇÃO DAS UPFS POR FAIXA ETÁRIA E POR GÊNERO:	56
TABELA 7. OCUPAÇÃO ECONÔMICA DAS PESSOAS, POR GÊNERO E POR FAIXA ETÁRIA ...	57
TABELA 8. DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS, POR GERAÇÃO, NO LOCAL ONDE RESIDEM:	59
TABELA 9. FONTE DE RENDA FAMILIAR NAS 21 UPFS EM ESTUDO:	62
TABELA 10. RENDA ANUAL POR UPF, COM BASE NO PNAE E DE MAIS RENDAS AGRÍCOLAS, RENDAS EXTERNAS E APOSENTADORIAS, COM ANO-BASE DE 2014.....	64
TABELA 11. TÉCNICAS E RECURSOS DE PRODUÇÃO NAS 21 UPFS DO ESTUDO:	69
TABELA 12. PRODUÇÃO PARA VENDA E AUTOCONSUMO E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NAS 21 UPFS EM ESTUDO.....	72
TABELA 13. IMPACTOS SOBRE OS RECURSOS NATURAIS GERADOS PELA INSERÇÃO AO PNAE	82

1. INTRODUÇÃO

1.1. A motivação inicial

Como engenheiro agrônomo do Ministério do Desenvolvimento Agrário tive a oportunidade de colaborar, por meio da realização de diversas reuniões e capacitações em parceria com instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com a implementação e execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no que se refere às compras públicas da agricultura familiar. Assim, foram muitos encontros com membros de secretarias municipais e estaduais de educação e de agricultura, setores de compra de prefeituras e do estado do Espírito Santo e de organizações de agricultores familiares (associações, cooperativas, federações sindicais dos trabalhadores rurais). As compras públicas de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, cujas regras estão estabelecidas na Lei 11.947/2009, representam a maior inovação recente deste programa, uma vez que preconizam a destinação de ao menos 30% da verba do PNAE para a compra direta da agricultura familiar. Porém, tornar tal medida efetiva constitui um grande desafio.

O trabalho de promoção do PNAE com suas linhas de apoio à agricultura familiar foi realizado desde o final de 2009, tendo início com a participação no primeiro ciclo de seminários estaduais. Nesta primeira ocasião, estivemos presentes na etapa realizada em Vila Velha, no Espírito Santo, onde foi possível reunir representantes de praticamente todos os municípios do estado para discutir, compreender e definir formas de implementação da Lei 11.947/09 a partir de 2010. Naquele momento, as seguintes dificuldades eram claras: desconhecimento da lei, mudança na forma de compra, falta de conhecimento da realidade de produção e organização local, agricultores com organizações coletivas ineficientes ou não organizados de forma coletiva, falta de integração entre as secretarias de Educação e de Agricultura. Com o andamento das ações de divulgação, capacitação e planejamento, sempre em parceria com profissionais de ATER e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Espírito Santo (FETAES), os resultados foram surgindo gradativamente, e os municípios começavam a efetivar as compras de alimentos destinados ao PNAE junto à agricultura familiar.

As análises dos resultados deste trabalho de fomento eram efetuadas com dados quantitativos no tocante aos municípios que efetuavam ou não as compras do PNAE junto aos agricultores familiares, transformando estes números em metas de vendas atingidas. Tais informações eram relevantes para conceber novas ações de articulação e para a identificação de dificuldades e entraves de forma ampla. Porém, não eram suficientes para verificar questões importantes dentro da dinâmica das famílias e das relações entre agricultores, poder público e sociedade em geral. Enfim, a política pública era analisada pelo viés quantitativo, fundamental para uma visão macro, mas insuficiente para uma percepção de sua intervenção específica sobre a vida das pessoas.

1.2. Objetivo, hipótese e principais pontos para análise

A partir desta experiência, meu interesse se orientou ao aprofundamento de uma análise qualitativa sobre os resultados deste programa. Deste modo, com o ingresso do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo - USP, foi possível consolidar um projeto de pesquisa qualitativa, com objetivo central de verificar os impactos das compras públicas do PNAE como política de desenvolvimento social e econômico junto aos agricultores familiares. Para tanto, tinha-se em mente verificar como o PNAE afetava a renda, as relações familiares e sociais, a visão dos agricultores em relação ao ambiente e à sociedade. Assim, construímos um caminho para realizarmos a pesquisa fundada em análises sob a ótica da noção de multifuncionalidade da agricultura. De nosso ponto de vista, trata-se de um meio pertinente para análises, que ganha cada vez mais destaque em pesquisas, em espaços de discussão e na formação de políticas públicas para a agricultura, principalmente para a agricultura familiar. Nesta perspectiva, a multifuncionalidade permite um olhar abrangente e com vocação interdisciplinar sobre dispositivos de políticas públicas.

Com o incremento crescente de compras diretas da agricultura familiar entre 2010 e 2015 (FNDE, 2015), elaborou-se a principal hipótese que orienta a pesquisa: as vendas para o PNAE permitem um incremento de renda e trazem novas oportunidades de trabalho e de organização para as famílias de agricultores familiares. Paralelamente a esta hipótese, outros pontos de análise foram considerados: a) qual a atuação e importância do poder público e das associações de agricultores em relação ao PNAE?; b) há mudança na participação de mulheres e

jovens nas tarefas e no processo de tomada de decisão das unidades de produção familiar (UPF)? ; c) há diversificação de produção e, conseqüentemente, melhoria das condições de segurança alimentar para as famílias rurais e para a comunidade local em geral, sobretudo escolar?; d) há fragilidade de planejamento da produção, o que reflete em dificuldades para atender adequadamente ao PNAE e a outros mercados por parte dos agricultores familiares?; e) o PNAE constitui um suporte para favorecer o processo de sucessão rural?.

Estas questões foram norteadoras para se delimitar o trabalho de campo, planejar a forma de abordagem e os instrumentos de pesquisa. O Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada constitui um espaço apropriado para esta pesquisa com o olhar multidisciplinar, capaz de contemplar uma visão qualitativa nas relações entre o PNAE e a agricultura familiar.

1.3. A escolha da região de Ourinhos como campo da pesquisa

Uma vez que as disciplinas seriam cursadas principalmente no campus da ESALQ, em Piracicaba, para escolher a região-alvo da pesquisa procurou-se identificar algumas cidades no estado de São Paulo que vinham efetuando as compras de itens *in natura* para PNAE junto a associações ou cooperativas de agricultura familiar do local e de forma regular. Ademais, foram consideradas as municipalidades que concebesssem este processo de compra da agricultura familiar como uma oportunidade de incentivar e valorizar o desenvolvimento rural de forma mais inclusiva. Neste aspecto, entende-se que o processo de compras para o PNAE deveria fortalecer a agricultura familiar local, buscando-se não apenas garantir melhor renda aos agricultores, com também visando uma melhor qualidade dos alimentos através de técnicas de produção sustentáveis ou agroecológicas.

Assim, após exploratória pesquisa junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a levantamentos sobre o PNAE, dentre diversos municípios, identificou-se em Ourinhos/SP os pré-requisitos de interesse da pesquisa: uma prefeitura que vinha comprando nos últimos anos acima dos 30% do orçamento destinado ao PNAE do FNDE diretamente de uma associação de agricultores familiares do local, dentro de um processo de acompanhamento e

planejamento em conjunto com os agricultores. A prefeitura apoiara diretamente o fortalecimento de uma associação de produtores, tecnicamente para os ajustes legais necessários, e estruturalmente por meio da cessão um galpão para que os agricultores familiares pudessem reunir os produtos do campo e separá-los por escolas, para posterior distribuição ponto a ponto

Para complementar a pesquisa, permitindo um comparativo entre a dinâmica das compras do PNAE entre um município de porte médio (Ourinhos) e dois de porte pequeno, a pesquisa se expandiu para dois dos municípios vizinhos, Santo Grande e Chavantes.

1.4. Os principais tópicos da dissertação

A dissertação foi elaborada com um arcabouço teórico onde se aborda a agricultura familiar, políticas públicas, o PNAE, a noção de multifuncionalidade e, por fim, uma contextualização a respeito da região da pesquisa. No primeiro tópico, sobre a agricultura familiar, consideram-se dados teóricos mais abrangentes e uma contextualização mais detalhada sobre seu entendimento legal. O segundo campo diz respeito às principais políticas públicas para a agricultura familiar, como o crédito rural e a assistência técnica e extensão rural, enquanto que no terceiro apresenta-se um panorama histórico do PNAE e se focaliza mais sobre os aspectos das compras do PNAE junto à agricultura familiar. Na sequência, aborda-se a noção da multifuncionalidade na agricultura e logo depois se apresenta um panorama geral sobre a região da pesquisa.

Na parte seguinte, tratando de materiais e métodos, são apresentadas as delimitações da área de estudo e a amostragem da pesquisa, o planejamento e organização do trabalho de pesquisa de campo, as ferramentas e a metodologia para abordagem e coleta de informações, como a realização de reuniões, entrevistas com representantes do setor público e visitas aos agricultores em seus estabelecimentos rurais.

Na parte dos resultados e discussões, são analisados os dados da pesquisa sob a ótica da noção de multifuncionalidade da agricultura familiar. Apresentam-se as quatro dimensões da multifuncionalidade começando com a reprodução social e econômica das famílias, onde o incremento de renda vinda da adesão ao PNAE teve impacto significativo em diversos aspectos da rotina familiar; a seguir, trata-se sobre as técnicas produtivas e a segurança alimentar, apresentando as práticas utilizadas

e sua relação com a segurança alimentar, considerando o papel da ATER (ou a falta dela) e das influências do contexto regional sobre as decisões dos agricultores. No terceiro ponto da multifuncionalidade, discute-se sobre a manutenção do tecido social e cultural, considerando-se as relações entre o rural e o urbano, entre os agricultores, entre estes últimos e o setor público através de suas associações. No último ponto das discussões, é abordado o problema da preservação do meio ambiente e da paisagem, onde se analisa a percepção dos agricultores em relação aos impactos, características e modificações que a agricultura impõe sobre o meio ambiente.

Nas considerações finais, é traçada uma visão geral dos resultados e discussões apresentadas, abordando os pontos mais relevantes, sobretudo capazes de contribuir para reflexões e melhorias das políticas públicas, em especial do PNAE.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. A Agricultura familiar: contextos e definição legal

De acordo com o relatório nº 14-02 da FAO (2014), o mundo tem cerca de 570 milhões de estabelecimentos rurais agropecuários, dos quais 500 milhões são considerados como agricultura familiar. Esta última responde por, ao menos, 56% da produção agrícola mundial, atuando em diversas atividades de produção, como agricultura, pecuária, exploração florestal, aquicultura e pesca.

Os levantamentos do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) destacam que cerca de 84% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros são considerados da agricultura familiar, perfazendo cerca de 4,37 milhões de unidades, que ocupam apenas 24% da área total dos estabelecimentos e respondem por 37,5% do valor da produção agrícola do país. Os dados do Censo 2006 destacam também que a agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos básicos que abastece a mesa dos brasileiros, dentre os quais a mandioca (87%), o feijão (70%), a carne suína (59%), o leite (58%), aves (50%) e milho (46%). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, considerando-se a produção de olericultura e a produção de subsistência, a agricultura familiar responde por cerca de 70% da alimentação básica do brasileiro. No estado de São Paulo, de acordo com o Censo 2006, há cerca de 227,6 mil estabelecimentos rurais existentes, dos quais cerca de 151 mil são considerados da agricultura familiar, correspondendo a 66% do total, e ocupando apenas 15,7 % do total da área.

Como os critérios para definir a agricultura familiar não são os mesmos entre os diversos países, os dados da FAO procuram abarcar aqueles que consideram a base familiar e a predominância da mão de obra familiar nos estabelecimentos rurais como referência, respeitando as demais peculiaridades e ajustes de cada país. A FAO (2014) aponta que, em países menos desenvolvidos, o conceito de agricultura familiar é trabalhado como um recorte para aplicação de políticas públicas específicas, permitindo, assim, que os governos destinem ações e políticas sob condições específicas para esta categoria.

Já no caso do Brasil, os fatores de renda e de tamanho de propriedade são presentes e fundamentais para definir a agricultura familiar, bem como a relação de trabalho com a terra. Para se compreender o conceito de agricultura familiar no Brasil, torna-se indispensável verificar os parâmetros estipulados pela Lei Federal 11.326/2006, a qual considera agricultor familiar / empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dentre os quatro itens que definem o agricultor familiar, vale discorrer um pouco mais sobre os três primeiros requisitos, que geram mais dúvidas nos debates e interpretações, embora, como vamos verificar a seguir, são objetivos e claros.

- O tamanho do estabelecimento:

Seja como proprietário, posseiro, arrendatário ou comodatário, o agricultor não poderá deter mais do que quatro módulos fiscais. Cada módulo fiscal é expresso em hectares (ha) e tem dimensão variável de acordo com o município, pois leva em consideração os seguintes aspectos: a) tipo de produção predominante no município, b) a renda obtida pela exploração predominante no município, c) outras explorações existentes e expressivas no município, e a definição de propriedade familiar (aquela explorada pelo agricultor e sua família, em área suficiente para sua subsistência e progresso social e econômico (Lei Federal 4504/69)

Conforme o Estatuto da terra (Lei Federal 4504/69), para se definir quantos módulos fiscais tem um estabelecimento, deve-se dividir sua área aproveitável total (descontando área de benfeitorias, florestas, e áreas não-agricultáveis) pelo módulo do município. Assim, em municípios cuja produção predominante tem maior valor agregado por hectare (mais intensivo, como hortigranjeiros, fruticultura, floricultura, aquicultura), o tamanho do módulo fiscal tende a ser menor. No estado de São

Paulo, por exemplo, o menor módulo fiscal é de 5 hectares, em cidades como Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Embu, São Caetano, cuja produção hortícola é forte, abastecendo a Região Metropolitana de São Paulo. Já o maior módulo no Estado de São Paulo é de 35 hectares, em municípios como General Salgado e Nhandeara, onde a pecuária extensiva é a atividade predominante. Em Ourinhos, Salto Grande, Chavantes e São Pedro do Turvo, municípios onde foi realizada a pesquisa, o módulo fiscal é de 20 hectares.

- A mão de obra no estabelecimento familiar:

De acordo com a legislação, o trabalho é outro aspecto para se identificar o agricultor familiar. Enquanto na agricultura patronal, o trabalho é realizado prioritariamente através de contratação de mão de obra de terceiros, o estabelecimento da agricultura familiar tem sua mão de obra predominantemente vinda da própria família. O estabelecimento familiar pode até contar com mão de obra de terceiros, desde que estes não sejam em número maior do que a mão de obra familiar ocupada diretamente na unidade produtiva. Assim, se marido e mulher são os agricultores que trabalham na terra, pode-se ter um empregado fixo; se marido, mulher e filho trabalham no estabelecimento, podem ter até 2 empregados fixos. A legislação permite também a contratação temporária de mão de obra, para eventos como colheitas, plantios, podas, ou algum outro serviço sazonal.

- A renda:

O terceiro requisito para o enquadramento na lei se refere à renda da família, considerando as fontes de renda (mínimo de 50% da renda deve ser gerada pelo estabelecimento rural) e também seu limite máximo para permitir o enquadramento como agricultura familiar. O quesito renda contempla desde os assentados da reforma agrária e do programa nacional de crédito fundiário, cuja renda é muito baixa ou nula quando acessam a terra, até agricultores familiares já com produção estabilizada e renda mais elevadas. A base de cálculo para a renda é aquela auferida em termos de vendas no ano anterior.

Até 2013, a renda era calculada com base nas culturas produzidas, com percentual de rebate: cada cultura teria um valor calculado, do qual seria abatido um

determinado percentual, considerando-se as peculiaridades de rentabilidade das culturas. A partir do Plano Safra 2014/2105, os critérios foram alterados, tornando o cálculo da renda mais simples: a família que teve renda de até R\$ 360 mil no ano anterior, com o mínimo de 50% advinda do estabelecimento rural familiar, cumpre este requisito de análise (Manual de crédito Rural, 2015).

Desta forma, os quatro requisitos da Lei 11.326/2006 consideram os aspectos legais que classificam os agricultores brasileiros em dois grandes grupos: de um lado, a agricultura familiar, que trabalha diretamente sobre a sua terra com a mão de obra de sua família, com propriedade de até 4 módulos fiscais e um teto de renda e, de outro, a agricultura patronal, onde a força de trabalho é predominantemente contratada (GUANZIROLI, 1995), ou simplesmente um dos outros requisitos da lei não são atendidos.

Os produtos produzidos são outro contraponto importante entre a agricultura familiar e a agricultura patronal: de forma geral, a primeira tem como foco a produção de alimentos básicos como mandioca, feijão, leite, hortaliças, mas também com uma importante participação na produção de *commodities* como café (38%), carne bovina (30%), soja (16%). Por sua vez, a agricultura patronal tem maior participação na produção de *commodities* agrícolas (soja, carne bovina, *citrus*, cana de açúcar), mas sem deixar de ter sua relevância na produção de alimentos básicos, como carne de ave e de suínos, leite e cereais em geral. Deste modo, evidencia-se que a agricultura familiar é a principal responsável pelo alimento na mesa dos brasileiros, fundamental para a soberania alimentar das famílias e do país, enquanto que a agricultura não-familiar é a grande responsável pela produção de *commodities* para exportação, o que é apresentado como fundamental para gerar receita para balança comercial brasileira.

A relação com a terra é outro ponto com características distintas entre a agricultura familiar e a não-familiar: de modo geral, enquanto o agricultor familiar tem em sua unidade produtiva não apenas um meio de produção, mas fundamentalmente de moradia e de vida, fazendo de seu entorno seu ambiente de inserção social, a agricultura patronal tem a terra prioritariamente como um grande chão de fábrica, como um recurso produtivo e local de exploração do trabalho, ocupando grandes extensões e baixa concentração populacional residente em sua área. Esta estreita relação com a terra, enquanto lugar de trabalho e moradia, é a característica intrínseca à agricultura familiar, bem destacada por Wanderley (2009)

ao afirmar que “este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

Tais relações distintas de interação com a terra e o meio rural derrubam eventuais discursos simplificadores em torno das discussões sobre agricultura familiar e patronal que apresentam ambas sob as vestes de produtores rurais, apenas com dimensões territoriais e tecnológicas distintas.

Para caracterização da agricultura familiar, embora seu recorte legal seja bastante claro através dos requisitos determinados pela legislação, estes últimos não são suficientes para a identificação dos diversos grupos e categorias contemplados pela Lei 11326/2006, no tocante aos arranjos sociais existentes.

Dentre os principais grupos e representações de agricultores familiares e camponeses no Brasil, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984 (ROS, 2005), o Movimento dos Pequenos Agricultores, fundado em 1996 (MPA, 2012), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), fundada em 1963 (CONTAG, 2013) e, mais recentemente, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), fundada em 2004. Dessa forma, estabelecem-se dois grandes grupos com bases distintas, sendo o primeiro vinculado à Via Campesina (MST, MPA) e outro com ancoragem mais nacional (CONTAG e FETRAF). No Brasil, a Via Campesina conta ainda com a participação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), da Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) (VIA CAMPESINA, 2012). CONTAG e FETRAF têm como base os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Convém salientar aqui que o MST, o MPA e a CONTAG estão presentes em todos os estados e a FETRAF em 18 unidades da federação. Com esta ampla representatividade em todo o território nacional, suas ações são desenvolvidas de forma bem organizada permitindo relativa influência para a proposição e elaboração das políticas públicas. Cada um desses grupos tem suas próprias bandeiras de luta. Entre elas, encontramos pontos convergentes (defesa do uso de sementes crioulas e de reforma agrária e o combate à concentração de terras, ao

uso de agrotóxicos e às multinacionais o setor agroalimentar), contrapondo-se claramente à agricultura patronal, cuja visão é focada na produtividade, com uso intensivo de tecnologia, na qual se inclui os agrotóxicos e as sementes modificadas geneticamente, produzidos de forma geral por multinacionais.

2.2. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

A promoção de políticas de desenvolvimento rural que procuram considerar a multifuncionalidade da agricultura se desenvolveu primeiramente na Europa. Tratou-se de apoios a um conjunto de funções dos agricultores, reconhecidas pela coletividade que poderiam beneficiar da implementação deste suporte público (SABOURIN, 2008). Mais especificamente na França, discute-se vigorosamente o papel da agricultura e caminhos para uma produção melhor, de modo mais saudável. A propósito, a carta de princípios da Confederação Camponesa afirma que a função do agricultor é a de produzir de forma combinada, bens materiais (alimentos) e não materiais (paisagem, território, meio ambiente) (MORUZZI MARQUES e BLEIL, 2000), o que vem ao encontro da noção da multifuncionalidade. Para a Confederação Camponesa, não se deve ter em vista dois tipos de agricultura, a de exportação e a do pequeno produtor. Deve-se considerar o papel multifuncional como um todo, sem o enfoque produtivista impulsionado pela Revolução Verde.

De fato, as políticas públicas com foco na multifuncionalidade podem conter contradição, dependendo dos pontos de vista em jogo. Por exemplo, a questão de funções mercantis ou não mercantis da agricultura podem provocar acalorados debates. Uma contradição também é observada por Wanderley (2003) quando afirma que o debate sobre a política agrícola se concentrou em duas questões centrais, em oposição: como manter a modernização conservadora e como garantir a viabilidade da agricultura familiar?

Nesta mesma linha, Eric Sabourin (2008) apontou que no Brasil a política agrícola é dualista, pela existência de dois ministérios para tratar do rural: o MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, que desenvolve políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, e o MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com viés totalmente voltado para o agronegócio e que traça todas as normas sobre defesa vegetal e licenciamento de agroindústrias, independentemente de sua escala de produção ou da forma de gerenciamento ou

inserção social. O autor afirma que o MDA e pequena parte da EMBRAPA focalizam seu apoio na agricultura familiar e na multifuncionalidade, como prioridades, enquanto o MAPA endurece a linha contrária às políticas que possam favorecer o reconhecimento de múltiplas funções da agricultura. A EMBRAPA, no entanto, também trabalha com a dualidade agricultura familiar e agronegócio: diversas de suas linhas de pesquisa, mesmo quando voltadas para a agricultura familiar, mantém o viés produtivista e conservador da revolução verde, diminuindo apenas o nível de intensificação e de tecnologia a serem aplicadas.

Os dois ministérios, MDA e MAPA, têm prioridades distintas, embora ligeiramente complementares em termos de segurança alimentar e geração de renda no campo. De fato, o MDA tem políticas e programas específicos para seu público e o MAPA, instituição com mais de 150 anos de existência, maior capilaridade e estrutura, desenvolve políticas específicas para a agricultura não familiar. Ademais, o MAPA apresenta programas contemplando a questão de normatização e fiscalização de produção de orgânicos, comercialização interna e externa, vigilância sanitária e sanidade animal e vegetal.

2.2.1. Crédito Rural

Dentre as políticas públicas comumente difundidas para a agricultura, destaca-se o crédito rural, tanto para a agricultura familiar quanto para a agricultura não-familiar. Deste modo, vale ressaltar as similaridades entre tais políticas desenvolvidas pelo MDA e as do MAPA. Mesmo havendo diversas linhas específicas no âmbito do MDA, que atenderiam à questão da multifuncionalidade (social, ambiental, produtivo, agrícola e não agrícola), a maior parte dos recursos alocados vai para financiamentos tradicionais, com foco na agricultura convencional. Deste modo, as linhas de crédito, como o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher e o Pronaf Agroecologia, são vistas como complementares, com menor recurso disponível e, talvez por esta razão, com menor preparo e disposição dos agentes financeiros para trabalhar com elas.

Destaca-se também que os juros para financiamento agrícola são subsidiados pelo governo, com taxas abaixo da inflação. No caso da agricultura

familiar, as linhas do PRONAF apresentam taxas de juros menores (de 05% a 5,5% a.a.) do que as linhas do PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), com 8,5% a.a., do Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) com 8% a.a. e demais linhas de crédito, com taxas de 8,5 a 12,75% a.a.. (MCR 2016). Os recursos do governo federal disponibilizados para financiamento da agricultura familiar cresceram de R\$ 3,94 bilhões no ano-safra 2000-2001 para R\$ 28,9 bilhões no ano-safra 2015/16, enquanto que os valores para a agricultura não-familiar no ano safra 2000-2001 foram de R\$ 12,12 bilhões, chegando a R\$ 185 bilhões no ano safra 2015-2016 (BIANCHINI, 2015).

Outras políticas públicas do MDA permitem considerar a inserção da agricultura familiar não somente na economia, mas também nos espaços de discussão, na reafirmação cultural e social do campo e numa visão menos produtivista e mais voltada para a integração e papel mais abrangente da agricultura familiar, muito além da produção. São políticas como de desenvolvimento dos territórios rurais, estimulando a formação de conselhos com representantes da sociedade civil e de instituições públicas, onde se discutem políticas públicas para o campo, para a cultura, para a saúde, enfim, para a melhoria das condições de vida e para a reprodução da vida campesina.

2.2.2. Assistência Técnica e Extensão Rural

Outra política fundamental para a agricultura é a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Atualmente, as ações de ATER via Governo Federal vem se intensificando a partir da lei 12188/2010, quando foi criado o Programa Nacional de ATER (PRONATER). A partir de então, o Governo Federal lança editais de chamadas públicas para Assistência Técnica e Extensão Rural para todos os estados da União, abertos para instituições públicas e privadas de serviços de ATER.

A concepção da política de Assistência Técnica e Extensão Rural também busca contemplar públicos específicos, com editais direcionados para responder à questão de gênero, de faixas etárias (jovens e adultos), de povos e comunidades tradicionais, bem como de desenvolvimento sustentável e de agroecologia, conforme as chamadas públicas lançadas de 2010 a 2016 pelo MDA.

Muito antes das chamadas públicas do Governo Federal e muito antes da lei de 12188/2010, os estados em geral constituíram instituições próprias de ATER, tal como a Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e de Abastecimento do estado de São Paulo, com escritórios de Casas da Agricultura distribuídos por todo o estado.

2.2.3. Compras Institucionais

Tendo em vista que grande parte da produção da agricultura familiar não se dirige para as cadeias complexas das *commodities* agrícolas (carne, soja, café, cana-de-açúcar, citrus), o escoamento de produção e o acesso a mercados são dois de seus gargalos principais e impactam diretamente sobre a segurança alimentar dos agricultores e a autonomia alimentar do país. Ademais, há outros fatores que impactam todo o processo de escoamento, tais como a menor escala de produção, o que se associa diretamente aos custos de transporte e logística de distribuição dos produtos, por vezes inviabilizando a comercialização.

Considerando-se tais dificuldades, as políticas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abrem aos agricultores canais alternativos para uma inserção no mercado, priorizando as vendas via cooperativas e associações, com perspectiva de melhoria de renda e melhoria nas condições de segurança alimentar de suas famílias e da sociedade em seu entorno. Através da participação nesses programas, os agricultores familiares conseguem escoar suas produções para as escolas (PNAE) e para instituições que prestam serviços sociais (PAA) e, conseqüentemente, terão também maior disponibilidade de alimentos de sua produção para autoconsumo.

A conquista de políticas de compras institucionais privilegiando a agricultura familiar é fator de inclusão econômica e social, aspecto destacado por Wanderley (2003) ao afirmar que “através da pressão social de movimentos e organizações sociais e com a contribuição de pesquisadores de várias procedências, temos assegurada uma visão que favorece a incorporação pelas políticas públicas de uma gama muito mais ampla de agricultores, independentemente de sua viabilidade econômica imediata”.

2.3. O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Os primórdios do PNAE datam do início na década de 1950, quando do lançamento do Plano Nacional da Alimentação Escolar (1950) e da Campanha Nacional de Merenda (1955). O programa passou por diversas alterações ao longo do tempo. As mudanças mais significativas, no entanto, ocorreram a partir da Constituição Federal de 1988, quando o acesso à alimentação passou a ser um direito social. Em 1998, a descentralização de receitas suplementares para a alimentação de alunos do ensino fundamental foi universalizada a todos os municípios brasileiros. Assim, a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar ficou sob responsabilidade das Entidades Executoras (Secretarias de Educação ou mesmo as escolas, se tivessem verba descentralizada). Naquele período, o Governo Federal repassava R\$ 0,13 por aluno por dia letivo.

Em 2000, foram prescritos para todos os municípios os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), que devem ter em sua composição professores, pais, alunos e representantes da sociedade organizada (sindicatos, associações, federações, movimentos sociais). Suas funções principais são fiscalizar e deliberar sobre o andamento do PNAE, através de acompanhamento das compras e de monitoramento da manufatura/ cozinhas. Formalmente, há o compromisso legal de, até março de cada ano, o CAE emitir um parecer ao FNDE a respeito do andamento das compras e de todo o andamento da alimentação escolar no município.

A partir de 2006, tornou-se obrigatória a contratação de nutricionista para a alimentação escolar em cada município, reforçando a preocupação e zelo por uma alimentação mais saudável para as crianças. Este aspecto ganha ainda mais relevância quando, em 2009, por meio da lei federal 11.947, o PNAE apresenta novas diretrizes, dentre as quais o emprego da alimentação saudável e adequada, com a garantia de fornecimento de frutas e verduras e a restrição a alimentos processados, e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com a valorização da produção e dos hábitos alimentares locais.

Somada a tais mudanças, a alteração que gerou impacto direto para a agricultura familiar se concretiza graças ao Artigo 14 da Lei 11 947/2009:

“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombola”.

Este foi o marco de uma conquista para a agricultura familiar e suas representações, haja visto que se abriu uma garantia de mercado para escoamento de seus produtos alimentares em todos os municípios do país, com destaque para os grandes centros urbanos (maior concentração de alunos e, por consequência, maior volume de recursos).

O PNAE, através dos recursos do FNDE, atende a mais de 42,6 milhões de estudantes em todo o Brasil e distribui cerca de R\$ 3,8 bilhões para os estados e municípios (FNDE, 2015). A distribuição dos recursos é feita em dez parcelas mensais, considerando-se um total de 200 dias letivos (20 dias letivos por mês de aula), e o montante é calculado de acordo com o número de alunos da rede pública (educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação indígena, remanescentes de quilombos e alunos da educação especial), com base no levantamento feito pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) no ano anterior ao ano de repasse.

Em princípio, a Lei 11.947/09 foi regulamentada pela Resolução 38/2009 do FNDE, através da qual se traçaram as normativas definindo o valor de repasse por aluno/ano, o valor que cada agricultor poderia comercializar e as prioridades e formas de compra permitidas.

Tabela 1. Valor per capita de repasse PNAE por dia e por ano

Classificação das escolas	Por dia	Por ano
Creches/ Ensino Integral	R\$ 1,00	R\$ 200,00
Escolas Indígenas e Quilombolas	R\$ 0,60	R\$ 120,00
Pré-Escola	R\$ 0,50	R\$ 100,00
Ensino Fundamental e Médio	R\$ 0,30	R\$ 60,00
Educação de Jovens e Adultos	R\$ 0,30	R\$ 60,00
Programa Mais Educação	R\$ 0,90	R\$ 180,00
Atend. Educacional Especializado	R\$ 0,50	R\$ 100,00

Fonte: FNDE 2015

Foi definido um valor máximo que o agricultor pudesse comercializar junto ao PNAE, sendo que, de 2010 a 2013, cada agricultor poderia vender até R\$ 9 mil por DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) por ano (Resolução 38 do FNDE, 2009). A partir de 2013, com a entrada em vigor da Resolução 26 do FNDE, de junho de 2013, o valor passou para R\$ 20 mil por DAP por ano. Em 2015, outra alteração significativa foi implementada. A partir Resolução 4 do FNDE, de abril de 2015, cada agricultor pode vender R\$ 20 mil por DAP por ano, por entidade executora, ou seja, o limite dentro de um município continuou a ser de R\$ 20 mil/ DAP, mas o agricultor pode comercializar desde então para quantos municípios puder, atentando-se para a renda máxima anual de R\$ 360 mil (MCR, 2016). Diante disso, cabe destacar que até 2013, os cerca de R\$ 3,8 bilhões disponibilizados para o PNAE no Brasil poderiam atender cerca de 10% de todos os agricultores familiares, caso cada agricultor atingisse o teto financeiro de R\$9 mil/DAP/ ano. No entanto, ao se elevar os valores individuais de venda para até R\$ 20 mil/ DAP/ano, restringiu-se o mercado do PNAE a menos agricultores familiares: se cada agricultor que comercializar o teto de R\$ 20 mil, menos de 5% do total de agricultores familiares poderão participar do PNAE ($R\$ 3,8 \text{ bilhões} / R\$20 \text{ mil} = 190 \text{ mil agricultores}$). Tais cálculos tomam em conta os 100% do valor do PNAE repassados para as entidades executoras, e não os 30% do valor que deve ser destinado para a compra de produtos da agricultura familiar.

Outro ponto de destaque nas compras do PNAE são os critérios de desempate para as propostas apresentadas, que são listados no Art. 25 da

resolução 26 do FNDE/ 2013 (de acordo com a alteração pela resolução 4 do FNDE/ 2015), a seguir:

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

No primeiro inciso, observa-se claramente a priorização para o desenvolvimento local em detrimento de apoio a grupos de outras localidades, buscando, deste modo, fortalecer a economia do município e estabelecer um circuito de comercialização local.

Já no parágrafo seguinte (§ 2º), têm-se outros três pontos fundamentais, que contemplam aspectos sociais, ambientais e de organização coletiva.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

O primeiro inciso, ao priorizar assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, visa oferecer maior oportunidade a estes grupos, historicamente mais vulneráveis. O segundo, no que tange à priorização para produtos orgânicos ou agroecológicos, tem como perspectiva a qualidade alimentar e produção sustentável. Por fim, o terceiro item, que ao priorizar grupos formais (associações e cooperativas formalizadas e com DAP Jurídica) sobre os informais (associações informais de agricultores familiares) e sobre as vendas individuais, valoriza a organização social e o trabalho coletivo, o que é considerado como um caminho importante para os agricultores familiares conseguirem melhores condições para sua logística e escalas de produção.

2.4. Breve histórico do debate sobre as noções da multifuncionalidade

Dentre os agricultores familiares, encontram-se grupos com diferentes formas de interação social, diferentes arranjos produtivos e adoções de técnicas de produção, diferentes formas de pensar e de interagir, bem como diferentes formas de se entender o papel do agricultor e suas interações com a sociedade e o ambiente. Assim, o conceito de multifuncionalidade vem gradativamente ganhando espaço nas discussões sobre a ruralidade no Brasil e no mundo, uma vez que permite pensar uma nova forma de se encarar o papel da agricultura, reconhecendo a importância da diversidade de agricultura familiar.

Segundo Laurent (1999) citado por Sabourin (2008), a multifuncionalidade da agricultura pode ser definida como o conjunto das contribuições da agricultura para um desenvolvimento econômico e social considerado na sua globalidade. A multifuncionalidade, concebida a partir de 1992, foi caracterizada como o reconhecimento pela sociedade do interesse público ou geral de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis e associadas à atividade agropecuária. Para defender uma agricultura multifuncional, leva-se à necessidade de se valorizar, de preservar e de tornar visíveis e destacadas as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral, associadas à produção agrícola.

Este conceito de multifuncionalidade nasceu no Brasil, durante a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), quando se elaborou a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Desenvolvimento Sustentável (SABOURIN, 2008). Tal evento também foi lembrado por Wanderley (2003), quando afirma que a partir da ECO 92, o debate brasileiro foi ampliado e reforçado, uma vez que a problemática presente estava agora incorporada no debate internacional. Destaca-se também a concepção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura e do meio rural, que foi fundamentada a partir das críticas às consequências econômicas, sociais e ambientais da Revolução Verde (MALUF, CARNEIRO, 2003).

Tendo em vista o recente contexto social da agricultura e do meio rural da União Europeia, e, particularmente, da França, maior produtor agrícola europeu,

desenvolveu-se o conceito de multifuncionalidade para se contrapor ao modelo que prioriza o produtivismo, negligenciando as questões de desenvolvimento social. Salienta-se também que a reflexão sobre a multifuncionalidade se inscreve na já antiga e profunda tradição de estudos sobre o campesinato e agricultura familiar, tendo-os como uma realidade complexa e multifacetária (WANDERLEY, 2003).

Assim como o conceito de agricultura familiar, a noção de multifuncionalidade tem diversas interpretações, que podem ser complementares ou mesmo contraditórias em alguns pontos. Observa-se, por exemplo, que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ao tratar a questão da multifuncionalidade da agricultura tem uma visão prioritariamente comercial e econômica, em detrimento de uma valorização mais ampla do social e do cultural, ou mesmo ambiental.

A FAO (*Food and Agriculture Organization of United Nations*), por sua vez, associa a multifuncionalidade à diversidade da produção e à forma de posse da terra (se a terra é de empresa, corporação, ou de um indivíduo, uma família ou tribo) e trabalho familiar. Assim, incorpora-se à agricultura familiar as funções de produção de alimentos, segurança alimentar e preservação da agrobiodiversidade. Dentro da ótica da FAO, a propriedade rural familiar ou pequena propriedade, para todos os fins, é a que desenvolve a agricultura, pecuária, pesca, aquicultura, exploração florestal como atividade econômica, contribuindo para o desenvolvimento local, com base na mão de obra familiar. Independentemente das diversas interpretações sobre a multifuncionalidade da agricultura, seja ela empresarial ou familiar, é senso comum que a agricultura em si tem impacto a sociedade, sobre a economia e sobre o meio ambiente, com pesos e significados diferentes.

No tocante à agricultura familiar, é notório que sua multifuncionalidade está cada vez mais presente nas mesas de debates, nas mídias e junto ao poder público e à sociedade em geral, principalmente ao longo das últimas duas décadas (BIANCHINI, 2015). Este debate aponta para a necessidade de se discutir e de se implementar novos rumos para a agricultura. Este aspecto é observado por Wanderley (2003), ao destacar que é importante verificar como o enfoque na multifuncionalidade pode ser incorporado às pesquisas, visando melhor compreender a realidade brasileira. Segundo a autora, os pesquisadores que atuam

com tal enfoque privilegiam quatro funções referentes à atividade da agricultura familiar. Estas quatro funções foram apontadas primeiramente por Carneiro & Maluf (2003), quando destacaram que as pesquisas sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura familiar devem ocorrer em ótica multidisciplinar. Os autores consideram que a noção de multifuncionalidade contribui para a compreensão de processos sociais, econômicos e culturais em curso no Brasil, buscando responder a duas questões centrais: a) as dimensões multifuncionais nas diferentes regiões do país e b) em que medida o conceito de multifuncionalidade da agricultura pode contribuir para o processo de legitimação e reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. Salientava-se ainda que a operacionalização da noção de multifuncionalidade da agricultura dar-se-ia através de quatro níveis de análise: famílias rurais, territórios, sociedade e políticas públicas (CARNEIRO & MALUF, 2003).

Nota-se que os quatro níveis de análise são interdependentes e se influenciam mutuamente, sendo notadamente estudados dentro de quatro dimensões ou funções. Maluf (2002) discute cada uma delas, trazendo luz sobre tais conceitos, como se segue abaixo:

2.4.1. Reprodução socioeconômica das famílias rurais –

Destaca-se neste ponto a geração de trabalho e renda que permite às famílias rurais permanecerem no campo em condições dignas. Maluf (2002) enfatiza que as pesquisas realizadas apontam para o peso decrescente da renda oriunda da atividade agrícola na composição da renda familiar das famílias rurais, indicando para a queda nos preços e para a ausência de condições para o aperfeiçoamento do processo produtivo e agregação de valor.

A renda da propriedade não advém apenas da venda da produção, mas também da produção para o consumo da família e da utilização de insumos agrícolas advindos da própria atividade agrícola, tais como adubos orgânicos e defensivos de base natural, como extratos de plantas). Mesmo considerando difícil mensurar adequadamente a renda da produção para autoconsumo, Maluf (2002) sugere que este ponto é de fundamental valia, uma vez que pode impactar significativamente na qualidade de vida das famílias.

2.4.2. Características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) sobre insegurança alimentar, realizada em 2013 e divulgada pelo IBGE em 2014, aponta que 25,8% da população brasileira (cerca de 51,6 milhões de pessoas) tem a percepção de estarem com algum grau de insegurança alimentar (17,1% em insegurança leve, 5,1% em insegurança moderada e 3,6% em insegurança grave). Tal percepção significa que cerca de 7,2 milhões de brasileiros ainda vivem com graves restrições de acesso à alimentação em quantidade adequada (apresentam quadro de fome), 10,2 milhões com percepção de insegurança moderada (redução na quantidade de alimentos e/ou ruptura no padrão alimentar devido à falta de alimentos entre os adultos) e cerca de 34,2 milhões convivem com, ao menos, uma expectativa da falta da alimentação adequada (preocupação quanto à disponibilidade de alimentos, em quantidade e em qualidade).

Para se ter uma visão mais ampla sobre o tema, torna-se importante se aprofundar conceitualmente sobre segurança alimentar. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), entende-se por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Tal definição vai ao encontro da função da agricultura em promover a segurança alimentar da própria família e da sociedade.

Para Maluf (2002), essa função deve sempre ser vista com estes dois alvos: a segurança alimentar da família e a segurança alimentar da sociedade, com acesso a alimentos em quantidade suficiente e de qualidade. E em se pensando na sociedade como um todo, um outro ponto relevante destaca que a insegurança alimentar no Brasil é proporcionalmente maior no campo do que nas cidades, em todas as regiões do país. Nas regiões mais pobres, o campo é proporcionalmente ainda mais sensível à insegurança alimentar.

No ambiente urbano, 76,7% da população se consideram em estado de segurança alimentar, enquanto no campo apenas 59,9% avaliam estar nesta condição. Maluf (2002) salienta que em pesquisas de campo sempre se depara com a segurança alimentar para dentro da porteira, ou seja, a produção para o autoconsumo, indo ao encontro das necessidades de incremento de segurança alimentar no campo. No entanto, Maluf (2002) também aponta ainda a importância da segurança alimentar não apenas como um bem privado (o alimento, que pode ser comercializado), mas também como bem público, como a paisagem natural, a biodiversidade e a herança cultural, entre outros. Desta forma, a segurança alimentar, além de garantir a quantidade adequada dos alimentos, deve ser associada também à sua qualidade dos alimentos produzidos. Por sua vez, a qualidade dos alimentos está diretamente ligada às técnicas de produção, sejam elas mais convencionais com adubação química e agrotóxicos, sejam elas mais sustentáveis ou com foco em uma produção agroecológica. As técnicas e a forma de produção utilizadas impactam diretamente sobre o meio ambiente e a qualidade de vida do agricultor, o que consolida uma ponte entre segurança alimentar e desenvolvimento sustentável e remete à necessidade de se compreender o processo de consolidação do sistema convencional ao longo dos anos, bem como à pertinência de se encontrar e se disseminar novas formas de se produzir, com respeito ao meio ambiente e à sociedade.

Para tanto, convém salientar que questões sobre desenvolvimento sustentável, meio ambiente e segurança alimentar não faziam parte do debate político até as décadas de 1960-70. Normativas, leis e programas de governo não tratavam direta ou profundamente de tais assuntos. Havia a preocupação em se produzir em demasia para que a população pudesse ter alimento farto e barato. Dentro da conjuntura da época, foram disseminados pacotes tecnológicos para sistemas de produção em larga escala, baseados no uso intensivo de agrotóxicos, de adubação química e no melhoramento genético de sementes, sem a devida preocupação com o meio ambiente e muito menos em incluir os pequenos agricultores, conforme apontado por Caporal e Costabeber (2004). Este processo de inovação na agricultura foi conhecido como a Revolução Verde que, se por um lado, aumentou significativamente a produtividade no campo, também trouxe severos impactos ambientais e sociais, principalmente para os agricultores mais pobres, alerta Altieri (2010).

Ao longo das décadas seguintes, no entanto, as discussões sobre desenvolvimento sustentável e segurança alimentar foram se firmando em todo o mundo, bem como no Brasil. A partir da segunda metade da década de 80, o debate sobre desenvolvimento sustentável ganhou força e destaque. Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram debatidos e apresentados globalmente através do relatório intitulado “O Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987, sob os auspícios da Assembleia Geral da ONU. Este documento é mais conhecido como o “Relatório Brundtland”, em homenagem à Gro Harlem Brundtland, norueguesa que presidia a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento à época. Esta comissão definiu o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, devendo conciliar o desenvolvimento social e econômico com a preservação ambiental.

Contudo, este conceito não garantiu que houvesse apenas uma abordagem a seu respeito, tendo, em geral ao menos duas vertentes em pauta. Embora ambas assinalem para a necessidade da redução de impactos ao meio ambiente, uma vertente foca no desenvolvimento de tecnologias ambientalmente corretas e numa relação mais amigável entre as pessoas e o meio ambiente. O foco está na mudança de hábitos e de comportamentos e inovações. No caso da segunda vertente, a discussão engloba não somente a relação com o meio ambiente, mas também envolve a questão da equidade social, a melhoria da qualidade de vida da população mais carente, sendo esta a vertente que coloca os países mais ricos e seus hábitos de consumo em xeque, uma vez que não basta que os ricos mudem seus hábitos, se não houver paralelamente uma distribuição de riquezas e acesso a recursos de forma mais equilibrada (MOREIRA, 2000). Tal polarização, automaticamente, instala um campo de disputa entre os pobres, que pouco consomem, e ricos, que consomem por todos. Os primeiros não têm o básico, desejam ter, mas não o podem. E os ricos, que poderiam abrir mão de muitos excessos, não querem fazê-lo.

De toda forma, conforme destacado por Guimarães & Alvim (2008), o desenvolvimento sustentável, a partir do Relatório Brundtland, foi adotado como orientação fundamental pelo Banco Mundial, pela Unesco e outras instituições

internacionais. A partir de então, passou a ser utilizado em todo o mundo como uma perspectiva de estabelecer, racionalmente, uma qualidade de vida socialmente mais justa para os povos, mesmo que ainda houvessem disputas e pontos de vista não convergentes sobre o assunto. Estes temas em torno da sustentabilidade continuaram em pauta nos anos seguintes, o que levou à assinatura do Protocolo de Kyoto (redução na emissão de Gases do Efeito Estufa – GEE), publicado em 1997 e em vigor a partir de 2005, com a adesão de 84 países. No entanto, o país mais rico e um dos maiores contribuintes para a emissão dos gases estufa, os Estados Unidos, não assinou o acordo.

A gravidade dos problemas ambientais em todo o mundo implicou em acaloradas discussões globais. Novos acordos internacionais se consolidaram, como em 2015, em Paris, durante a 21ª Conferência do Clima (COP 21). O Acordo de Paris incita os países a se comprometem com a redução da emissão de GEE, limitando o aumento da temperatura global em 1,5 a 2 ° C até 2100. Os países ricos financiam US\$ 100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima e de adaptação em países mais pobres. Muito embora leve tempo para muitas medidas serem aplicadas na prática, as discussões sobre desenvolvimento sustentável e, paralelamente, sobre segurança alimentar e alimentação saudável, passaram a estar mais presente no cotidiano também das pessoas comuns, dos cidadãos, e não apenas dos governantes e das grandes empresas.

Mais recentemente, buscando relacionar a vida cotidiana e os hábitos de consumo aos impactos causados ao meio ambiente, um estudo conhecido como Pegada Ecológica apresentou dados sobre a necessidade de área em hectares que cada pessoa, cidade, estado, país utiliza ou precisa utilizar para manter seu padrão de vida, dentro dos seus hábitos atuais (WWF- Brasil, 2012). Assim, a Pegada Ecológica traça o impacto causado de acordo com os hábitos de consumo e modo de vida em hectares globais. Trata-se de medida que reflete uma média de produção considerando uma produtividade média mundial para terras e águas em um ano.

Paralelamente à pegada ecológica, outro dispositivo de avaliação de impacto humano sobre o meio-ambiente apresenta referências sobre a renovação dos recursos naturais, de modo a termos um comparativo entre o que se consome e o que se renova. Trata-se de uma ferramenta fundada no conceito conhecido como biocapacidade, definido como a capacidade de produzir os recursos naturais renováveis relativos ao que utilizamos de energia, pastagens, agricultura e

aquicultura, além da capacidade de absorver resíduos que produzimos, o que é medido também em hectares globais. Esses estudos procuram evidenciar no dia-a-dia das pessoas a discussão sobre a importância de novos hábitos de consumo e de alertar para a pertinência de ser implantar práticas de produção (industriais ou agrícolas) que preservem o meio ambiente, ou, ao menos, que sejam menos predatórias.

A título de ilustração, a pegada ecológica mundial é de 2,7 hectares globais por pessoa. A média do Brasil é de 2,9 hectares globais por pessoa. Como a biocapacidade global é estimada em 1,9 hectares globais por pessoa, há um déficit significativo, traduzido na necessidade de 1,5 planetas Terra para sustentar a situação atual de consumo. No Brasil, a biocapacidade é de 9,63 ha globais por pessoa, muito maior do que a sua pegada ecológica de 2,9 ha globais, o que significa dizer que, se fôssemos isolados do mundo, teríamos, em média, recursos naturais se renovando a taxas maiores do que aquelas necessárias para a manutenção de nosso consumo. Este cálculo para o país, no entanto, não representa a realidade paulista, cuja pegada ecológica é de 3,52 hectares por pessoa e cuja biocapacidade é de 1,33. Evidencia-se que cada paulista precisa importar recursos naturais para manter seus hábitos de consumo. É de fundamental importância destacarmos que o impacto da alimentação sobre a pegada ecológica é de 30% no estado de São Paulo e de 39% na cidade de São Paulo (WWW-Brasil, 2012). Daí a importância de se rever hábitos de consumo, bem como de se rever formas de produção e de comercialização com menor impacto sobre o meio ambiente.

Além da pegada ecológica, há estudos que evidenciam os impactos das atividades produtivas sobre o uso da água (pegada hídrica) e sobre a emissão de CO₂ (pegada de carbono). Estes estudos colocam a agricultura em xeque, pois é a atividade humana que mais utiliza água potável disponível (acima de 70%). Portanto, a agricultura é a maior responsável pela qualidade da água que retorna para os lençóis freáticos, ou mesmo que escoar para os rios.

Como afirma Caporal (2008), o sistema convencional agrícola aumentou a produção e a produtividade, mas também provoca muitos impactos negativos sobre o meio ambiente, sobre as comunidades rurais e sobre as pequenas unidades

produtivas, uma vez que cria uma dependência profunda destas últimas com a indústria, através da compra dos pacotes tecnológicos (sementes, agrotóxicos e outros insumos agroindustriais).

2.4.3. Manutenção do Tecido Social e cultural

Este ponto como função da agricultura deve levar em conta os dois anteriores – trabalho e renda e segurança alimentar, juntamente com questões sociais, culturais e territoriais. A forma de interação entre os agricultores e dentro da comunidade rural é fundamental para a manutenção de sua essência.

Maluf (2002) cita que muitos agricultores mantêm sua identidade agrícola, mesmo quando a renda familiar é oriunda de fontes não-agrícolas da propriedade ou mesmo de atividades de fora dela. Assim, a manutenção desta identidade como agricultor é reforçada pelo aspecto de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar, mas sempre vinculado à moradia e cultura rurais, independentemente das fontes de renda da família.

Evidentemente, observa-se a continuidade do êxodo rural, acelerado na metade do século passado. Atualmente é clara a saída dos jovens do campo, rumo à escola, ao emprego e a outras oportunidades que a cidade aparentemente oferece, fazendo com que a população rural “envelheça” e levantando a discussão sobre sucessão familiar no campo.

2.4.4. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Este aspecto, segundo Maluf (2002), deve ser considerado quando se leva em conta o fator da produção agrícola das famílias e o território em que elas se localizam. A forma de produção, o que se produz, a interação com o meio, os cuidados com os recursos naturais estão em voga.

Pode-se pensar que é fundamental produzir melhor, agregar valor, poluir menos. Mas também não se pode deixar de observar que o nível de renda da agricultura familiar no Brasil é muito variável, em muitos casos, muito baixo. Assim, junto com produzir melhor, as famílias têm como necessário produzir mais e ter um incremento de renda. De preferência, estes aumentos produtivos devem ser acompanhados de um enfoque mais agroecológico, mais sustentável, que considere

a produção para autoconsumo e sem foco produtivista. Para Maluf (2002), em grande medida os agricultores reproduzem as técnicas de produção que vivenciam em sua comunidade e em seu entorno, de modo que a assistência técnica passa a ter um peso considerável no caminho das práticas agrícolas adotadas, abrindo perspectivas para uma agricultura mais sustentável. As funções da multifuncionalidade se inter-relacionam, uma vez que renda, técnicas produtivas, relações sociais, meio ambiente e políticas públicas são interdependentes entre si.

2.5. Contextualização da região da pesquisa

Os municípios da abrangência da pesquisa, Ourinhos, Chavantes e Salto Grande, fazem parte da microrregião administrativa de Ourinhos, esta composta por 18 municípios e que se localiza na bacia hidrográfica do Médio Paranapanema. Banhada por diversos rios, como o Pardo e o Turvo, tem como rio principal o Rio Paranapanema, que faz divisa com o Estado do Paraná. O Rio Paranapanema, por sua vez, comporta 11 usinas hidrelétricas, das quais três se situam na microrregião de Ourinhos: a localizada no município de Ourinhos, operada pela Votorantim Energia, tem capacidade de produção de 44 MW, de acordo com as informações no site da empresa (2011); as localizadas em Salto Grande e em Chavantes, operadas pela Duke Energy, tem capacidade de 73,84 MW e 414 MW, respectivamente, de acordo com as informações publicadas no site da Duke Energy (2016). A quantidade de energia gerada na região é suficiente para suprir suas necessidades, atrair indústrias, e ainda para exportar energia para outros municípios próximos.

Esta bacia hidrográfica tem como bioma a Mata Atlântica, com clima tropical chuvoso úmido e inverno seco – Am, de acordo com a classificação Köppen-Geiger. Os solos da região são predominantemente latossolos, e em menor escala encontram-se manchas de argissolos, segundo o Mapa de Solos do Estado de São Paulo (IAC, 2015). Tais características edafoclimáticas foram determinantes para a introdução da lavoura cafeeira na região, carro-chefe da economia local por muitos anos, como veremos a seguir.

Originalmente povoada por indígenas como os Caingangues, os Caiuás, os Guaranis e os Xavantes, a região começou a receber imigrantes a partir da segunda metade do século XIX. Em princípio, chegaram os imigrantes italianos, tanto como pioneiros que vieram em busca de riquezas, como também como padres, cuja missão era catequizar os índios. Posteriormente à chegada dos imigrantes italianos, houve nova onda de imigração, em menor volume de pessoas, desta vez deflagrada por japoneses. (IBGE, 2015).

Em geral, os povoados se iniciaram em áreas doadas ou loteadas pelos pioneiros, concessionários das sesmarias (Barão de Antonina, em Salto Grande) ou grandes proprietários de terra (Jacinto Ferreira de Sá, em Ourinhos). No início do século XX, foram inauguradas estações da Estrada de Ferro Sorocabana na região (em Ourinhos, Salto Grande, Chavantes e outras cidades próximas) e, em 1922 foi inaugurado o trecho ferroviário de Ourinhos a Leoflora/PR (atual cidade de Jacarezinho/PR). Neste período, houve também a chegada de grupos de ingleses, com engenheiros e administradores para as ferrovias. Posteriormente, a região foi contemplada com rodovias estaduais, como a Rodovia Raposo Tavares (de Venceslau Brás a São Paulo) e interestaduais, como a BR 153, conhecida como Transbrasiliana, que interliga o país de norte (Marabá/PA) a sul (Aceguá/RS).

A região, que crescia ancorada na produção de café, foi fortemente impactada pela crise de 1930. Assim, sua principal geradora de emprego e renda deu espaço a outras culturas, como a cana de açúcar (atualmente, é a principal produção agrícola da região) e aos setores de serviços e de indústrias (principalmente a partir da segunda metade do século XX). O crescimento destes municípios, até os anos de 1950 similar, tomou proporções muito distintas ao longo dos anos seguintes. Ourinhos foi beneficiado por ser o ponto central dos entroncamentos de vias (ferrovias e rodovias), tornando-se o polo regional de aglomeração de serviços e indústrias.

Consequentemente, o município conheceu o maior crescimento econômico e demográfico dentre eles. Com a concentração econômica focada em Ourinhos, os demais municípios não conseguiram acompanhar o mesmo desenvolvimento, o que se reflete diretamente sobre seus PIB per capita e sobre seus IDHM. Destaca-se também que Ourinhos tem diversos cursos técnicos, tecnólogos e de nível superior, ofertados por instituições privadas e, principalmente, por instituições públicas, como a FATEC e a UNESP.

Tabela 2. População, IDHM e PIB dos municípios de Ourinhos, Chavantes e Salto Grande

Município	População Estimada 2015	% Zona Rural	IDHM 1991- 2010	PIB per capita (R\$)	PIB Agricultura (mil R\$)	PIB Indústria (mil R\$)	PIB Serviços (mil R\$)
Ourinhos	110282	3%	0,570- 0,778	25466,31	45.297	377.949	2.030.719
Chavantes	12484	8%	0,470- 0,729	22097,04	21.733	136.794	100.711
Salto Grande	9223	10%	0,480- 0,704	18062,93	21.169	40.493	87.624

Fonte: IBGE 2012 – Série Encerrada

Assim, é nesse contexto que se insere a agricultura familiar da região: cercada na área rural por grandes estabelecimentos produtores de cana, soja, milho e pecuária bovina, que geram poucas oportunidades de trabalho, num panorama cada vez mais urbano e com forte concentração de oportunidades nos setores de indústrias e serviços, principalmente no município de Ourinhos, cuja população é muito maior que a dos demais em questão (Tabela 3).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve como foco a realização de um levantamento junto a unidades produtivas familiares (UPFs) que entregam alimentos para o PNAE em Ourinhos, Chavantes e Salto Grande, municípios da região do Médio Paranapanema no Estado de São Paulo. Em todas as UPFs visitadas, as entrevistas foram realizadas com todos os integrantes da família que exercem alguma atividade laboral: jovens, adultos e idosos, de ambos os sexos. Deste modo, foram realizadas 56 entrevistas, em 21 UPFs, das quais 15 que comercializam com a Prefeitura de Ourinhos, 4 para a de Chavantes e 2 para a de Salto Grande. No Apêndice A, são traçados os perfis dos 56 entrevistados, com datas das entrevistas, distribuídos por UPFs, municípios, profissão, gênero, faixa etária e associação a que pertencem.

Paralelamente ao levantamento junto aos agricultores, foram entrevistados 17 representantes do poder público, sendo 7 de Ourinhos, 5 de Chavantes e 5 de Salto Grande, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Reuniões/Entrevistas com atores do Setor Público dos municípios de Ourinhos, Chavantes e Salto Grande

Cargo/ Setor	Ourinhos	Chavantes	Salto Grande	Total
Secretária de Educação	1	1	1	3
Secretário de Agricultura	1	1	1	3
Diretor de Agricultura	1	-	-	1
Nutricionista	1	1	1	3
Cozinheira	-	1	1	2
Responsável compras e licitações	1	1	1	3
CATI	2	-	-	2
Total	7	5	5	17

Fonte: Pesquisa de campo realizada de julho 2014 a março 2015

Convém observar que o município de Salto Grande não utiliza a designação de “Secretarias” e sim de Diretorias de Agricultura e de Educação. Para efeitos da tabela acima, considerou-se a nomenclatura de Secretaria para os cargos similares nos municípios. Em Ourinhos, dentro da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, há a Diretoria de Agricultura, que coordena as ações do PNAE. Quanto à CATI, a

regional de Ourinhos atende também aos demais municípios da região. No Apêndice B, foram descritos mais detalhes dos entrevistados do setor público, trazendo a data das entrevistas, cargo que ocupam, órgão e município de atuação.

Em relação aos agricultores, estipulou-se inicialmente uma amostragem mínima de 20 UPFs, que seria atingida de acordo com o número de agricultores integrantes dos projetos de venda contratados pela Prefeitura de Ourinhos. No entanto, embora os projetos de venda para Ourinhos constassem mais de 20 UPFs participantes do contrato, ao se analisar as DAPs dos agricultores participantes, constatou-se que algumas DAPS eram acessórias (DAP Jovem), vinculadas a uma DAP principal, e, portanto, faziam parte de apenas uma Unidade de Produção Familiar. Constatou-se também que algumas DAPs principais eram de filhos dos agricultores que, através de contratos de arrendamento, obtinham DAPs principais, mas não constituíam uma nova Unidade de Produção Familiar, servindo apenas para a mesma UPF acessar e vender, indevidamente, valores maiores para o PNAE.

Diante disso, procurou-se, antes de realizar a pesquisa com os agricultores, compreender a situação em tela, através de diálogos com os representantes da Associação dos Pequenos Produtores do Bairro Ribeirão Grande, do município de Ourinhos, bem como com os representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Ourinhos. Durante os diálogos, evidenciou-se que as legislações do PNAE se referem unicamente à DAP, sem qualquer citação ou restrição a respeito da DAP acessória, o que, a princípio, permitiu que algumas famílias de agricultores se beneficiassem deste acesso, sem necessariamente terem, segundo eles, a ciência do erro. Já a prefeitura, durante o processo de compra, verificava a existência das DAPs, mas sem maior atenção ao tipo de DAP. Evidenciou-se também que o processo para obtenção da DAP, por ser realizada a partir de autodeclaração do interessado, sem um sistema de monitoramento adequado, apresenta fragilidades frente a eventuais declarações de informações falsas ou mesmo omissão de informações, principalmente no tocante à fonte de renda. Uma das possibilidades de controle é através do monitoramento e acompanhamento através dos conselhos municipais de agricultura, que se torna um caminho ainda mais relevante para dar respaldo e credibilidade ao documento emitido, bem como para corrigir eventuais emissões equivocadas.

Do projeto de venda para a Prefeitura de Ourinhos, foram identificadas 15 UPFs válidas para a pesquisa. Compreendeu-se, então, que seria possível incluir à pesquisa agricultores de dois municípios limítrofes a Ourinhos: Chavantes e Salto Grande, de modo a se comparar a realidade do PNAE em municípios bem menores que Ourinhos, observando-se as questões em relação tanto à organização dos agricultores quanto à forma de organização do poder público em relação ao PNAE.

3.1. A metodologia

Para a realização desta pesquisa, fez-se o levantamento de informações para análise, de acordo com as etapas abaixo:

- 1) Levantamento de dados secundários sobre os municípios e sobre o PNAE nos municípios;
- 2) Levantamento de dados dos projetos de venda e lista de agricultores contratados junto ao setor de compras dos municípios;
- 3) Coleta de depoimentos junto ao poder público local sobre o PNAE, através de entrevistas;
- 4) Levantamento de campo junto aos agricultores familiares, e coleta de depoimentos junto aos representantes das associações de agricultores.

A etapa 1, levantamento de dados secundários, teve como objetivos a coleta de informações sobre as verbas do FNDE destinadas aos municípios em questão, bem como sobre o montante da verba investida em compras da Agricultura Familiar. Além disso, também se buscou informações sobre o perfil dos municípios, quanto às atividades econômicas, história, distribuição de renda, IDH e demais características regionais. Os dados foram obtidos através de consultas a bancos de dados da CATI, do IBGE e de sites do município de Ourinhos. Tais informações foram relevantes para se traçar um perfil dos municípios nos quais os agricultores desenvolvem suas atividades, de modo que pudéssemos contextualizar a realidade local cruzando com as informações colhidas durante as visitas às UPFs e durante as entrevistas.

A segunda etapa se refere aos primeiros contatos com os municípios, inicialmente via comunicação telefônica e, posteriormente, com visitas “in loco”. Entrou-se em contato com os setores de compra das prefeituras a fim de expor o

projeto de pesquisa, com suas necessidades de levantamento dos projetos de venda contratados junto aos agricultores familiares.

A partir de então, realizaram-se visitas ao setor de compras das Prefeituras de Ourinhos, Chavantes e de Salto Grande. Foram fotocopiados os projetos de venda contratados, através dos quais foi possível ter acesso a informações sobre os valores comprados de cada agricultor, os produtos adquiridos e a lista de todos os agricultores e associações contratadas para o fornecimento de alimentos ao PNAE.

Tais informações foram essenciais para o andamento das etapas seguintes, pois permitiram uma visão geral sobre o número de participantes, produtos e valores comercializados junto à prefeitura.

A terceira etapa teve três finalidades:

a) Apresentação do projeto de pesquisa para o escritório regional da CATI, em Ourinhos, e para as Secretarias de Agricultura e Secretarias de Educação e setores de alimentação escolar (nutricionistas) dos municípios de Ourinhos, Chavantes e de Salto Grande, através de reuniões agendadas.

b) Compreensão do PNAE de acordo com a posição e opinião do poder público local, através dos diálogos ocorridos nas reuniões e nas entrevistas realizadas e

c) Pactuação de apoio da prefeitura para a organização de um roteiro de visitas às associações e às UPFs, com base nos projetos de venda contratados.

Para a quarta etapa, a de levantamento de campo junto aos agricultores, na maior parte dos casos teve-se o suporte das prefeituras e das associações de agricultores. As visitas às UPFs que comercializavam com a Prefeitura de Ourinhos foram acompanhadas ora pelo presidente da Associação, ora pelo Diretor de Agricultura da prefeitura. No caso de Chavantes, houve o acompanhamento do Secretário de Agricultura e, em Salto Grande, as visitas ocorreram após diálogo com o Diretor de Agricultura, mas este último não pôde acompanhar as visitas junto aos agricultores.

Como ferramenta de apoio, utilizou-se um roteiro semiestruturado para conduzir os trabalhos em campo (Apêndice C). Com o roteiro em mãos, o levantamento de dados foi realizado em dois momentos: o primeiro, durante um processo de observação realizado através de uma caminhada pela propriedade, junto com os agricultores. Durante este processo foi possível conhecer as

características de sua infraestrutura, das áreas de produção, das áreas de preservação e da visão do entrevistado diante de seu estabelecimento. O segundo momento, durante as entrevistas com os integrantes das famílias, consistiu na coleta mais detalhada das informações segundo o roteiro semiestruturado. Foram realizadas também anotações de outras percepções e ponderações dos entrevistados, sempre tendo o cuidado de garantir que jovens e mulheres se posicionassem, principalmente em questões que poderiam se relacionar mais diretamente com cada um deles.

Para se realizar esta abordagem, num primeiro contato com os agricultores buscava-se apresentar o projeto de pesquisa e seus objetivos, com destaque para a importância da colaboração das famílias para com a pesquisa. Em seguida, desenvolvia-se um diálogo sobre a história da família, sua estrutura e sua relação com a terra (há quanto tempo residiam ali, de onde vinham, o que pensavam da região onde moravam). Somente após esta conversa introdutória, eram propostas as etapas de observação, através de uma caminhada direcionada aos pontos principais da propriedade e por fim a realização das entrevistas.

O levantamento de campo junto às UPFs foi realizado entre janeiro e março de 2015. Em situações em que não eram encontrados todos os membros da família na primeira visita, havia um retorno para darmos continuidade às entrevistas, de modo a contemplar todos os integrantes da família. Em algumas ocasiões, o retorno era no mesmo dia; em outras, agendava-se agendada uma data próxima para retorno. Foi necessário retornar em cerca de metade das UPFs (dez), e este retorno nos demonstrou que um segundo contato permitia um diálogo ainda mais aberto e uma observação mais profunda sobre o ambiente. Em geral, as visitas duravam de duas a três horas por UPF.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. O PNAE e o papel do poder público local e das associações de agricultores

Através das entrevistas com secretários, nutricionistas e técnicos de ATER e das visitas às estruturas das prefeituras, vinculadas ao PNAE (setor de compras, armazenagem dos alimentos perecíveis, cozinhas, galpão de apoio para distribuição dos hortigranjeiros), foi possível examinar o PNAE sob a ótica dos representantes do setor público local, nos municípios de Ourinhos, Salto Grande e Chavantes. Da mesma maneira, pudemos interpretar a visão de membros das associações de agricultores de Ourinhos e de Chavantes sobre o PNAE.

Os valores do PNAE por município em questão, por serem proporcionais ao número de alunos da rede pública, têm impactos muito distintos na agricultura familiar local, devido ao porte dos municípios, como veremos a seguir. Quanto maior o município, maior o número de alunos, o que representa maior repasse de verba federal para aquisição de alimentos graças ao PNAE. Com mais verba, é maior a complexidade de logística para distribuição dos alimentos de um maior número de agricultores participantes do processo.

Como o número de alunos varia muito pouco de ano a ano e o valor individual de repasse não tem reajuste desde 2010, a verba repassada pelo PNAE aos municípios sofreu pouca alteração de 2010 a 2015. Na tabela a seguir, são apresentados os valores do PNAE para o ano de 2014, como referência de valores a se adquirir junto aos agricultores.

Tabela 4. Comparativo da Verba do PNAE 2014 e valor dos 30% nos municípios de Ourinhos, Chavantes e Salto Grande:

Município	Total em reais	30% do valor, em reais
Ourinhos	1.738.052,00	521.415,00
Santo Grande	173.024,00	51.907,00
Chavantes	141.396,00	42.418,00

Fonte: FNDE 2015

Em Ourinhos, o valor dos 30% do FNDE/PNAE que deve ser destinado às aquisições de produtos da agricultura familiar é cerca de R\$ 520 mil por ano. Desta forma a Prefeitura Municipal de Ourinhos – PMO - precisou de uma ação mais planejada e incisiva para se utilizar este volume de recursos, uma vez que não havia organização local de agricultores que comportasse, a priori, atender à tal demanda.

Através da Secretaria de Educação e da Secretaria de Meio Ambiente e de Agricultura, de forma conjunta com os setores de nutrição e de compras/ licitações e em parceria com a CATI, a ação para viabilizar o cumprimento da lei teve início no final de 2009, partindo do mapeamento dos agricultores do município. Foram assim identificados quesitos de quantidade e variedade de alimentos que produziam ou poderiam produzir regularmente para o PNAE. Na outra ponta, o setor de nutrição apresentou a demanda de alimentos por mês e por ano que necessitava para a formulação de seus cardápios, enquanto que o setor de compras preparava o edital para a chamada pública.

Evidenciou-se que os agricultores do município e região poderiam fornecer diversos produtos hortícolas (dentre os principais: alface, chicória, cebolinha, salsinha, cenoura, beterraba, berinjela, pepino, tomate, pimentão, chuchu) e eventualmente frutas (melancia, laranja, maracujá e banana). Produtos beneficiados ou processados, como arroz, feijão, óleo e farinhas não são produzidos na região e não foram comprados via chamadas públicas destinada para a agricultura familiar, muito embora tais alimentos também possam ser adquiridos de cooperativas da agricultura familiar de outras regiões.

A partir desse levantamento e do cruzamento de informações (demanda e potencial de oferta), segundo o Diretor de Agricultura de Ourinhos, chegou-se ao entendimento de que para atender o PNAE seria necessária a criação de uma associação ou a reorganização de uma associação existente, de modo a permitir a participação no programa de cerca de 50 a 60 agricultores, de diversos bairros do município ou mesmo de municípios vizinhos.

Assim, como no Bairro de Ribeirão Grande, um dos bairros rurais do município, havia uma associação antiga, mas fragilizada, de agricultores familiares, através do suporte técnico da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Ourinhos e da CATI, buscou-se reestruturá-la para atender ao PNAE (adequação do estatuto, entrada de novos associados). Além do auxílio para os ajustes legais e para consolidação de novos associados, a PMO também apoiou a Associação dos

Pequenos Produtores do Bairro de Ribeirão Grande (APPBRG) com a cessão de uso de um barracão próximo à cidade, às margens da Rodovia Raposo Tavares, de modo que os agricultores pudessem reunir os produtos dos associados num só local, separá-los de acordo com a demanda de cada escola, para, então, distribuí-los de porta em porta nas 53 escolas municipais. A distribuição é feita com os veículos dos próprios agricultores.

Em 2012, a PMO chegou a utilizar cerca de 44,9% da verba do PNAE para a compra de alimentos junto aos agricultores familiares da Associação do Bairro de Ribeirão Grande. Em 2014, este percentual aumentou para 51%. No entanto, de acordo com a Secretaria de Educação, os valores dos produtos adquiridos eram mais elevados do que os preços obtidos no pregão, o que levou a PMO a reavaliar sua política de compras junto aos agricultores, de modo cumprir a lei (comprando, no mínimo, 30% da verba repassada pelo FNDE junto aos agricultores familiares) sem onerar seus custos, uma vez que a prefeitura precisa complementar a verba com sua própria receita para a alimentação escolar. Para esta avaliação da PMO também pesa o fato de que desde 2010 não houve reajustes nos valores repassados pelo FNDE, o que, frente à inflação do período, faz com que o valor repassado tenha perdido parte de seu poder de compra e feito com que a prefeitura disponibilizasse mais recursos do orçamento próprio.

Esta questão dos preços, para a Associação de Agricultores, tem outra perspectiva: consideram os preços justos, pois não custam mais que o preço de mercados, feiras livres e varejões, e ainda são entregues de porta em porta nas escolas, pelos próprios agricultores. De todo modo, deve-se destacar que os preços são estabelecidos na chamada pública de acordo com a lei do PNAE, através da consulta a mercados locais.

Outro aspecto destacado pelos representantes das Secretarias de Educação e de Meio Ambiente e Agricultura de Ourinhos é que o PNAE proporcionou a interação entre as secretarias municipais. Assim, há intensa troca de conhecimentos, favorecendo o aprimoramento das ações. Sob o ponto de vista dos servidores do Setor de Compras, este trabalho conjunto entre as secretarias se mostra fundamental para o melhor andamento das políticas públicas e para os ajustes e correções a cada chamada pública lançada. Segundo eles, as primeiras

chamadas foram desafiadoras, uma vez que seu formato é diferente de um processo de compras por pregão ou licitação, sem disputa de preços (determinados na própria chamada), e com reserva de mercado para fornecedores exclusivamente da agricultura familiar. Atualmente, a Prefeitura de Ourinhos realiza três chamadas por ano (uma por trimestre), de modo a contemplar produtos de época e ter os preços dos produtos mais próximos com a realidade de cada período.

Nos municípios de Chavantes e de Salto Grande, como o valor do PNAE repassado é bem menor (Tabela 4), as prefeituras tiveram menos trabalho para organizar as compras diretas, uma vez que com poucos agricultores familiares já conseguiriam cumprir a legislação. Enquanto que em Ourinhos seriam necessários no mínimo 58 agricultores, em Salto Grande seriam necessários no mínimo 6 e em Chavantes apenas 5, considerando que até 2013 o valor de compra era de R\$ 9 mil por DAP/ ano (DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf é o documento que identifica o agricultor familiar, de acordo com a lei 11.326/2006, e lhe garante o direito de acessar as políticas públicas específicas para este público).

Para o Secretário de Agricultura de Chavantes, é importante integrar os agricultores, mesmo que sejam poucos, aos mercados institucionais. É uma forma de garantir que os recursos da prefeitura permaneçam dentro do município, além de permitir a visitação aos produtores e o controle local da qualidade dos alimentos que se destinam à alimentação escolar.

A partir de maio de 2013, o valor por DAP/ ano passou a ser de R\$ 20 mil. Se por um lado o valor por DAP aumentou, o número potencial de agricultores que podem de fato ser beneficiados pela participação no PNAE praticamente se reduz à metade, uma vez que a verba total não aumentou. Este novo parâmetro trouxe uma mudança significativa na oferta de produtos, principalmente no município de Ourinhos: os agricultores mais organizados ou que comandavam as associações logo procuraram vender seus produtos de modo a alcançar R\$ 20 mil, reduzindo pela metade o número de agricultores participantes.

Para as prefeituras, segundo os responsáveis pelas secretarias de compras e de educação, um menor número de fornecedores facilita a administração, o controle e a fiscalização. No entanto, embora concordem com tal ponto de vista, técnicos da Secretaria de Agricultura e da CATI entendem que a inserção no mercado institucional de um número maior de agricultores com menor renda cumpriria melhor a função social do programa, com a melhoria de condições de vida

das famílias rurais, mesmo se o valor por DAP estivesse por volta de R\$ 10 mil por ano.

Os profissionais do setor de nutrição destacaram que conhecer o campo e a produção local foi uma novidade para a maioria de seus colaboradores. Ao mesmo tempo, a maior proximidade com os fornecedores (agricultores) é trabalhosa, mas compensadora. Trabalhosa por implicar em grande envolvimento e comunicação direta com diversos agricultores. E compensadora por permitir uma aproximação entre a realidade do campo e a realidade das escolas (todas ficam na zona urbana da cidade). Os alunos que moram na zona rural são transportados por vans e ônibus da Prefeitura para as escolas mais próximas de suas residências.

Na tabela 5, são destacados pontos positivos e pontos negativos, avanços e entraves apontados pelos entrevistados do setor público em relação ao PNAE e às compras da Agricultura Familiar:

Tabela 5. O PNAE e compra da agricultura familiar: Pontos positivos e entraves sob a ótica do setor público, ao longo do processo de implantação do PNAE:

Pontos Positivos/ oportunidades	Pontos Negativos/ Entraves
Recurso fica no município	Falta de organização formal dos agricultores
Estímulo à produção local	Falta de estrutura de entrega dos agricultores
Possibilidade de se verificar <i>in loco</i> a produção e garantir melhor qualidade dos produtos	Novidade da nova legislação e mudanças constantes em relação aos valores de compra e tomadas de preços dos produtos
Maior integração entre as secretarias municipais e com a CATI	Dificuldade inicial em manter diálogo entre as secretarias e definir o papel de cada uma sobre o PNAE
Integração do tema alimentação saudável e do local junto aos alunos	Mudança de gestão/ de gestores e de servidores atrapalha a continuidade dos trabalhos (eleições, cargos em comissão)
Valorização do agricultor familiar e de sua profissão	Chamadas públicas foram desafio para o setor de compras, pelas peculiaridades frente à lei de licitações
Entregar para escolas aumenta a responsabilidade do produtor em relação à produção de alimentos saudáveis	Preços pagos à agricultura familiar não são menores que os preços de mercado

Fonte: Pesquisa de campo realizada de julho 2014 a março 2015

4.1.1. A organização e funcionamento das associações de Ourinhos e de Chavantes

Paralelamente às entrevistas com representantes do setor público, dialogou-se com agricultores e representantes das associações dos agricultores dos municípios de Ourinhos e Chavantes a respeito do histórico de suas associações e de seu papel e das prefeituras para a efetivação do PNAE no que se refere às compras junto aos agricultores familiares. Em Salto Grande, as vendas para o PNAE são individuais, sem participação de associações ou cooperativas.

- A associação dos agricultores familiares de Ourinhos

A Associação de Pequenos Produtores do Bairro Ribeirão Grande, de Ourinhos, foi fundada em 2002 com intuito inicial de organizar coletivamente as demandas e ações do Bairro Ribeirão Grande e de participar do programa Microbacias I, executado pela CATI, a partir de 2001. Este bairro rural, situado à cerca de 16 km do centro da cidade, é conhecido no município por sediar anualmente, há mais de 65 anos, a tradicional Festa de Santo Reis.

A partir de 2010, a associação se reestruturou e abriu suas portas para agricultores de outros bairros do município de Ourinhos e de municípios vizinhos. Isto se deu basicamente para atender adequadamente à demanda do município de Ourinhos em relação aos alimentos para o PNAE. Assim, a associação de bairro, que antes contava com menos de 15 associados, aumentou seu quadro, chegando a ter cerca de 60 integrantes em 2014.

Associaram-se, portanto, agricultores de outros bairros, como Córrego da Onça e Água do Jacu (localizados a menos de 5 km do centro e a cerca de 8 km do barracão para distribuição dos alimentos), bem como agricultores urbanos do bairro Vila Christoni, a cerca de 4 km do referido ponto de distribuição. Além destes agricultores do município de Ourinhos, outros dos municípios vizinhos de Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande e São Pedro do Turvo se associaram para fornecer seus produtos à PMO.

Esta proximidade das propriedades com a área urbana gera facilidades de acesso aos serviços em geral, ao mesmo tempo em que o crescimento populacional e expansão da área urbana leva para o campo a pressão imobiliária por chácaras de lazer, como se nota principalmente nos bairros do Córrego da Onça e da Água do

Jacu, onde o asfalto passa ao lado e as estradas de terras são de fácil acesso, apresentando intenso trânsito. Nesses bairros, diversas pequenas propriedades já se tornaram chácaras de lazer, ocorrendo frequentemente parcelamentos do solo irregulares. Em relação aos agricultores localizados no bairro Vila Christoni, suas propriedades estão totalmente integradas e cercadas pelo urbano. De toda forma, contam com a infraestrutura municipal com asfalto na porta, luz, água tratada, coleta de lixo e de esgoto. Atualmente, através de alteração recente no Plano Diretor Urbano Municipal, suas áreas passaram a ser consideradas urbanas. Assim, o IPTU gera um impacto muito pesado sobre a renda familiar e sobre os custos de produção. Para os Christoni (uma das famílias fundadoras do município) e demais agricultores do bairro, dificilmente será viável economicamente permanecer por muito mais tempo no local atual como horticultores, haja vista a forte pressão imobiliária ao seu redor e o alto preço do IPTU incidindo sobre suas terras. Como tendência, mencionam áreas na proximidade, que eram chácaras de produção agrícola, mas foram vendidas e consolidadas para loteamento urbano nos últimos 10-20 anos.

Segundo um dos principais representantes da APPBRG, o crescimento do número de associados e o apoio da PMO foram fundamentais para que os agricultores pudessem vender para o PNAE e abrir novas oportunidades além dos mercados institucionais, bem como foi importante para a PMO atingir e superar o mínimo dos 30% de compras do PNAE via agricultura familiar. A PMO e a CATI também atuaram na orientação sobre as normas e funcionamento de uma associação e sobre as legislações e normas contratuais referentes ao PNAE. “A associação deixou de ser apenas da comunidade, abrindo espaço para agricultores de outras localidades do município de Ourinhos e até mesmo para agricultores de municípios da região, de modo a ter maior diversidade e quantidade de produtos para ofertar. O apoio da prefeitura foi fundamental nesse processo de reestruturação e de inserção ao PNAE” (entrevistado nº 29). De forma geral, a maioria dos associados entrevistados corrobora com sua opinião e destaca a importância da associação para participar do PNAE.

No entanto, 50% dos entrevistados acreditam que a esta associação poderia ser mais democrática e participativa, através de reuniões e assembleias nas quais

pudessem emitir opiniões, discuti-las e tomar decisões ratificadas pelo voto da maioria. E ainda cerca de 35% dos entrevistados demonstraram insatisfação com os rumos da associação, uma vez que não se sentem contemplados e não veem a associação como um meio efetivamente participativo. Em seus depoimentos, foram comuns reclamações de que reuniões eram realizadas sem a devida comunicação aos associados e aquelas ocorridas eram conduzidas de forma pouco democrática. Estes associados também destacaram que a decisão sobre quem participa dos projetos de venda não é realizada de forma consensual com o aceite de todos. Muitas vezes, agricultores do município são excluídos, em favor daqueles mais próximos à diretoria da associação, mesmo sendo de outros municípios. Cerca de 30% dos agricultores relataram que desde 2013 seus volumes de venda diminuem, e quem é de outro município, vende. Por vezes, os associados nem mesmo participam de proposta para a chamada pública, pois não há, de acordo com seus depoimentos, o devido espaço para debater a questão na associação.

Por sua vez, representante da diretoria da associação reconhece que algumas decisões são tomadas por uma minoria. Porém, ressaltou que esta centralização somente ocorre porque poucos se dispõem a participar das reuniões e a colaborar ativamente com a administração.

Frente a estas dificuldades e aos problemas quanto à emissão e validade de algumas DAPs, a Associação dos Pequenos Produtores do Bairro de Ribeirão Grande, ao longo de 2015 e 2016, teve seu quadro reduzido: ao se consultar o sistema de DAP em 2016, verificou-se que houve redução de cerca de 60 para 31 agricultores, dos quais 21 com DAPs ativas, 8 com DAPs vencidas e 3 sem DAP. Com esta redução, houve uma adequação importante no tocante ao enquadramento dos agricultores familiares, uma vez que algumas DAPs acessórias de jovens (DAP acessória é sempre vinculada a uma DAP principal, referente a uma única UPF) e algumas DAPs principais de arrendatários (de filhos de agricultores, que não constituíam novo núcleo familiar) deixaram, corretamente, de participar do PNAE.

- A associação de Chavantes

Em Chavantes, a comercialização é efetivada pela Associação da Agricultura Familiar Frutos da Terra, que tem em seu quadro 20 associados, dos quais 13 com DAP ativa. Neste município, a associação foi organizada para atender ao PNAE, com a maior parte dos associados nas vizinhanças. Localiza-se em

loteamento de chácaras, muitas das quais apenas destinadas ao lazer. Com o advento do PNAE, alguns dos moradores do local se motivaram a plantar com foco nas vendas institucionais.

A presidente da associação afirma que o PNAE é um apoio importante para os agricultores, haja visto que se trata de uma venda assegurada, que permite um aumento na produção com garantia de escoamento e renda. Tal segurança leva a investimentos em estrutura (produção protegida, irrigação, hidroponia) e ao acesso a outros mercados, como quitandas e supermercados, o que, por consequência, permite vislumbrar a permanência no campo com mais qualidade de vida.

Durante as entrevistas com os agricultores da Associação Frutos da Terra, foi também destacada a pouca participação dos associados nas tomadas de decisão e na elaboração dos projetos de venda. De toda forma, aqueles que participam das vendas manifestam satisfação com este trabalho realizado pela Associação Frutos da Terra.

De modo geral, existem evidências de que as associações, focadas na comercialização, deixam de lado outros aspectos que poderiam valorizar seu papel enquanto instituição coletiva e beneficiar diretamente seus associados. Resta, então, aos associados, apenas as disputas por espaço dentro das associações e pela fatia de mercado do PNAE, desperdiçando-se oportunidade do trabalho coletivo para se pensar e discutir o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, bem como não se buscam alternativas de sistemas de produção fora dos padrões mais convencionais.

- O perfil das famílias das Unidades Produtivas Familiares (UPF)

De acordo com o levantamento dos membros das famílias nas 21 UPFs em estudo, foram identificadas 61 pessoas, das quais 56 com idade acima de 16 anos. Desse total, 52 pessoas trabalham: 40 são agricultores e 12 exercem outras profissões, fora das UPFs. A tabela a seguir apresenta a distribuição das pessoas das UPFs por gênero e por faixas etárias, (conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 12.852/2013 -e o Estatuto do Idoso, os integrantes das famílias são distribuídos por faixas etárias assim constituídas: crianças/adolescentes, até 15

anos; jovens, de 16 a 29 anos; adultos: de 30 a 59 anos e idosos, a partir de 60 anos).

Tabela 6. Composição das UPFs por faixa etária e por gênero:

UPF	Município e Bairro	Associação	Crianças	Jovens	Adultos	Idosos	Masc.	Fem.	Total
1	Ourinhos/ Ribeirão Grande	APPBRG	-	-	2	-	1	1	2
2	Ourinhos/ Córrego da Onça	APPBRG	-	2	-	-	1	1	2
3	Ourinhos/Córrego da Onça	APPBRG	-	1	2	-	2	1	3
4	Ourinhos/Ribeirão Grande	APPBRG	-	1	-	-	1	-	1
5	Ourinhos/ Bairro da Sogra	APPBRG	-	-	-	2	1	1	2
6	Ourinhos/ Vila Christoni	APPBRG	2	2	-	2	2	4	6
7	Ourinhos/ Vila Christoni	APPBRG	2	2	2	-	3	3	6
8	Ourinhos/ Vila Christoni	APPBRG	-	-	-	2	1	1	2
9	Ourinhos/ Água do Jacu	APPBRG	-	-	2	-	1	1	2
10	Ourinhos / Água do Jacu	APPBRG	-	-	-	1	1	-	1
11	Ourinhos/ Ribeirão Grande	APPBRG	-	1	2	-	1	2	3
12	Ourinhos/ Ribeirão Grande	APPBRG	-	-	-	2	1	1	2
13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	APPBRG	-	3	2	1	3	3	6
14	Salto Grande	APPBRG	-	2	-	-	1	1	2
15	S Pedro do Turvo	APPBRG	-	-	2	-	1	1	2
16	Chavantes	Frutos da Terra	-	-	2	-	1	1	2
17	Chavantes	Frutos da Terra	1	1	1	-	1	2	3
18	S Pedro do Turvo	Frutos da Terra	-	2	3	-	4	1	5
19	Chavantes	Frutos da Terra	-	-	2	-	1	1	2
20	Salto Grande	Individual	-	2	2	-	3	1	4
21	Salto Grande	Individual	-	1	2	-	1	2	3
Masculino			3	9	12	5	-	-	32
Feminino			2	11	14	5	-	-	29
Total			5	20	26	10	32	29	61

Fonte: Pesquisa de campo realizada de janeiro a março 2015

Em relação aos jovens entrevistados, 80% trabalham (16 pessoas), sendo que 12 (60%) dedicam-se às atividades rurais, 4 (20%) tem outras profissões e 4 (20%) estudam e ainda não trabalham (colaboram pontualmente com alguma atividade da propriedade familiar, não necessariamente todos os dias, e sem remuneração direta).

Quanto aos idosos, dos dez que moram nas UPFs, oito têm aposentadoria como segurado especial (agricultor familiar). Deste grupo, dois não trabalham mais,

3 trabalham em tempo parcial e 5 trabalham normalmente na agricultura. As aposentadorias contribuem com percentuais significativos da renda familiar, variando entre 30 e 60% da renda total.

No caso do gênero, para ser considerada como agricultora, levou-se em conta a mulher que trabalha direta ou indiretamente na agricultura, seja na produção, comercialização ou gestão, seja no suporte à família (serviços do lar e cuidados com a família). A distribuição geral das famílias em relação a gênero apresenta um relativo equilíbrio entre o número de homens e mulheres (52,5% homens e 47,5% mulheres). E em relação às pessoas que trabalham, há exatos 50% de homens e 50% de mulheres.

Tabela 7. Ocupação econômica das pessoas, por gênero e por faixa etária

Profissões	Nº de homens				Nº de mulheres				Total de Homens e Mulheres
	Jovens	Adultos	Idosos	Total	Jovens	Adultas	Idosas	Total	
Agricultores	7	13	4	24	5	7	4	16	40
Urbanas	1	1		2	3	7		10	12
Total	8	14	4	26	8	14	4	26	52

Fonte: Pesquisa de campo realizada de janeiro a março 2015

Das mulheres que trabalham, cerca de 38,5% tem profissões na área urbana, como vendedoras no comércio, secretárias, servidoras públicas e representante comercial. E dentre as mulheres que trabalham na área urbana, 60% são jovens. Já no caso dos homens, apenas 7,5% dos homens tem trabalho nas cidades.

Num segundo momento, ao se separar trabalho no campo e na cidade, verifica-se que de toda a força de trabalho e de renda da família, 77% trabalham na UPF, e 23% em serviços urbanos. Destaca-se também que a mão de obra no campo é predominantemente masculina (60% homens e 40% mulheres).

Tais apontamentos evidenciam de forma clara que, no universo em estudo, há a predominância dos homens nos trabalhos agrícolas, sejam jovens ou adultos, enquanto que as mulheres e as jovens tendem a buscar outras ocupações e oportunidades de trabalho e renda fora da propriedade, impactando diretamente na forma de reprodução social da família. Mais a diante, veremos a interferência do

PNAE sobre a distribuição dos trabalhos e nas oportunidades no que diz respeito às questões de gênero e de faixas etárias.

4.2. A reprodução socioeconômica das famílias rurais

A identificação dos perfis dos jovens e das mulheres quanto às ocupações, dentro e fora da propriedade, são fatores fundamentais para se compreender as dinâmicas de reprodução socioeconômica das famílias. Trata-se de se considerar questões de sucessão familiar, distribuição dos trabalhos, formas de obtenção de renda, envelhecimento do campo e o papel da mulher na unidade familiar.

Concomitantemente a estes pontos, podemos examinar a reprodução social e econômica com foco no tempo e com foco nas pessoas. A análise em relação ao tempo permite considerar dois ciclos: 1º, o ciclo curto ou anual, tido como o da reprodução cotidiana (onde se observam as formas e meios de produção vinculados à distribuição dos trabalhos na propriedade, as fontes de trabalho e renda, internas ou externas) e 2º, o ciclo geracional, onde a sucessão familiar, a divisão da herança e a constituição de novos núcleos familiares definem a continuidade ou não das famílias com agricultores ao longo do tempo (ALMEIDA, 1986). Tendo, por sua vez, o foco voltado para as pessoas, pode-se observar a reprodução social e econômica pelo aspecto das motivações individuais, de cada membro da família, ou pelo aspecto das motivações coletivas, da família como um todo. Ao longo das análises, tanto as questões temporais quanto as questões pessoais se relacionam, revelando a complexidade do tema.

Um passo importante para se discutir a reprodução social e econômica das famílias e comunidades em estudo foi identificar a origem e a história das famílias entrevistadas, de modo a traçar uma linha do tempo de como se desenvolveu este processo ao longo das gerações até o presente momento (relação ao tempo, 2º ciclo). Para tanto, as famílias foram classificadas de acordo com o tempo em que residem em seu estabelecimento ou na região e de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos anos e das gerações. As famílias foram distribuídas em três perfis:

- Perfil 1ª geração: estabelecida na região há menos de 15 anos e é a primeira geração que trabalha no local/ região.

- Perfil 2ª geração: estabelecida na região há mais de 15 anos, e tem uma segunda geração que trabalha no local/ região.
- Perfil 3ª geração em diante: família que chegou à região desde seu povoamento, já estando na terceira ou quarta geração no local/ região.

Tabela 8. Distribuição das famílias, por geração, no local onde residem:

	Perfil de 1ª geração	Perfil de 2ª geração	Perfil de 3ª geração	Total
Nº de famílias	6	10	5	21
%	28,6%	47,6%	23,8%	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada janeiro a março 2015

Em relação ao perfil de 1ª geração, cinco das seis famílias são compostas por filhos de agricultores, mas deixaram o campo anteriormente, ainda na juventude, em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda. Assim, trabalharam como vendedores, donos de pequenos estabelecimentos de comércio ou mesmo com serviços autônomos. A 6ª família deste perfil teve a geração de seus pais como comerciários, e mesmo vivendo no interior de SP, já não morava no campo. O retorno para o campo das famílias deste perfil ocorreu, a princípio, por dificuldades financeiras: como não conseguiram se estabelecer na área urbana, voltaram para a atividade agrícola. Vale destacar que quatro famílias somente tiveram novo acesso à terra devido à partilha de terras familiares, enquanto que as outras duas adquiriram pequenos lotes de terra (menos de 4 ha).

As famílias referentes aos perfis de 2ª e de 3ª gerações (cerca de 75% das famílias entrevistadas) nunca deixaram o campo e a produção agrícola, tendo sempre, ao longo de suas vidas e gerações, o campo como moradia e a agricultura como fonte de trabalho e renda. A interação com a terra e as atividades desenvolvidas foram mudando, ora com incremento e diversificação, ora com trocas de atividades produtivas, de acordo com as perspectivas e possibilidades de cada período, o que será abordado mais diretamente no item abaixo “Características técnico-produtivas”.

Em todas as UPFs, pode se observar que, desde as gerações anteriores até a atual, boa parte dos familiares foi deixando a vida no campo e apenas alguns membros permaneceram na vida rural. Este processo foi comumente verificado no decorrer século 20, mais fortemente de 1950 em diante. Os agricultores idosos relembram que, anteriormente, mesmo com as famílias sendo mais numerosas, era mais fácil e natural viver no campo, até o início do processo de industrialização e consequentemente urbanização do país. Até a década de 1960, a população rural era maior que a urbana. Todavia, a partir da década de 1960, de acordo com os censos do IBGE, constatou-se que a população brasileira passou a se estabelecer em sua maior parte, nas áreas urbanas. Camanaro e Abramovay (1997), ao estudarem o êxodo e suas consequências sobre a população rural, apontam que em determinadas épocas, perfis diferentes de faixa etária e gênero deixavam o campo. Assim, na década de sessenta, pessoas de 40 a 49 anos foram as que mais deixaram o campo. Já na década de 90, o êxodo maior passou a ser dos jovens. Esse processo de emigração foi mais vigoroso nas décadas de 1950 a 90, acompanhando todo o processo de industrialização do país, mas não deixou de acontecer, mesmo nos anos 2000.

Paralelamente ao êxodo rural, as famílias brasileiras foram se tornando menos numerosas, devido à redução da taxa de natalidade. A concentração das famílias em centros urbanos e a redução da taxa de natalidade são características da sociedade atual, majoritariamente urbana e cada vez mais envelhecida

De toda forma, por um lado, a diminuição do tamanho das famílias e da população rural afeta as dinâmicas de reprodução social no campo e a disponibilidade de mão de obra dentro das próprias UPFs e na zona rural como um todo. Por outro lado, a elevada concentração da população na zona urbana eleva a pressão pela produção de alimentos em um campo com menos trabalhadores na agricultura.

Camanaro e Abramovay (1997) apresentam a masculinização e o envelhecimento do campo como duas das principais consequências do êxodo rural. Na região de Ourinhos, a masculinização do campo não é mais acentuada devido à proximidade entre campo e cidade, mas conforme já ilustrado na Tabela 7, as mulheres buscam outras alternativas na cidade, enquanto os homens se prendem mais às atividades rurais, acompanhando, o exposto pelos pesquisadores.

Junto às famílias entrevistadas, foi possível evidenciar que dentre os que buscaram serviços na área urbana, a saída ocorreu principalmente na juventude, tempo em que as atrações por lazer e estudos são também alavancas em direção às cidades. Para tal situação corroboram alguns fatores, tal como o fato de que as propriedades familiares serem relativamente pequenas (até 4 módulos fiscais) e não haver perspectivas de aumento de renda suficiente para novos núcleos familiares na mesma UPF. Dentre as 21 UPFs, apenas 3 unidades têm área maior do que 1 módulo fiscal (20 ha) e nenhuma delas tem mais do que 2 módulos fiscais (40 ha). Assim, suas divisões para vários herdeiros tornariam as novas propriedades economicamente inviáveis para sustentar muitas famílias, tendo em vista as produções tradicionais da região de Ourinhos (cana, pecuária e culturas anuais, como milho e soja). A horticultura como fonte de renda apenas se firmou nas últimas décadas, mas a colocação da produção no mercado é sempre um ponto de dificuldade para os agricultores familiares.

Outro aspecto destacado pelas famílias, que também colabora para a saída do campo, foi de que, frente às dificuldades da sucessão e da partilha das terras, os próprios pais estimulavam alguns filhos e, principalmente, as filhas a buscarem oportunidades de estudo e trabalho nas cidades. Como não há terra suficiente para todos da família, prioriza-se a continuidade da atividade rural com apenas um dos filhos. Para muitos dos jovens, este aspecto não chegava a ser um problema, haja vista que os centros urbanos concentram diversos serviços públicos, como educação e saúde, e apresentam mais opções de lazer. Assim, sair de casa abriria a possibilidade de não permanecer subordinado aos mais velhos, e também de ter acesso com mais facilidade aos recursos disponíveis na área urbana.

Em pesquisa realizada no RS e no RJ, Carneiro (1998), aponta que os jovens tendem a refletir sob duas linhas de pensamento: a primeira indica que a cidade coloca aos jovens uma perspectiva de um projeto individual, com maiores chances profissionais e, conseqüentemente, de uma melhoria significativa em seu padrão de vida. Portanto, a ida para a cidade é desejável deste ponto de vista. A outra linha de pensamento se vincula à questão de identidade com o campo e ao pertencimento ao rural, bem como ao compromisso com a família e com a continuidade de sua atividade em seu local de origem.

Tais linhas de pensamento e de ação dos jovens rurais vão ao encontro de uma nova realidade, onde quem mora na cidade busca no rural uma área de lazer e de descanso, e, em muitos casos, uma oportunidade de reaver laços da família com as gerações anteriores. A melhora significativa de mobilidade (estradas e acesso a crédito para aquisição de veículos) e o acesso à telefonia e internet reduziram as distâncias e aproximam as populações do rural e do urbano, não apenas fisicamente, e permitiram acessos similares a informações, a tecnologia e a lazer digital. Nesse sentido, é ratificada a ideia, segundo 90% dos entrevistados, de que o campo é o local preferido para suas moradias, independentemente da atividade econômica que desenvolvam (no campo ou na cidade).

4.2.1. - A composição da renda familiar

A composição de renda de cada UPF tem suas peculiaridades, tendo sido possível identificar quatro grupos. No grupo 1, com 33,3% das UPFs (7), a renda é fundamentalmente agrícola. No grupo 2, com 19,1% das UPFs (4), soma-se à renda agrícola a renda de aposentadorias (como agricultores). Já no grupo 3, com 38,2% dos casos (8), a composição da renda combina atividade na agricultura e trabalho externo (com integrantes da família que trabalham na zona urbana). Por fim, no grupo 4 (2), com 9,5 % das UPFs, a renda é composta por atividade na agricultura, aposentadorias e renda externa.

Independentemente da composição da renda familiar, a renda agrícola é preponderante em todas as UPFs, muito acima dos 50% necessários para se caracterizar como agricultura familiar, mesmo tendo que o trabalho de um ou mais integrantes familiares em serviços urbanos é presente em 10 das 21 UPFs.

Tabela 9. Fonte de renda familiar nas 21 UPFs em estudo:

Fonte de renda	Nº de UPFs	% UPFs
Agricultura	7	33,3%
Agricultura e aposentadoria rural	4	19,1%
Agricultura e urbana	8	38,2%
Agricultura, urbana aposentadoria	2	9,5%

Fonte: Pesquisa de campo realizada de julho 2014 a março 2015

Ainda que seis famílias tenham considerado a existência de renda não-agrícola com a produção de doces, compotas, queijo, manteiga e pães de forma rotineira e constante, foi exposto e compreendido de que esta renda é prioritariamente para autoconsumo, e em raras ocasiões estes produtos são comercializados, além de ocupar pouco tempo de dedicação frente aos demais trabalhos na UPF. No entanto, se por um lado não há venda dos produtos processados, o hábito de se aproveitar produtos da sua terra é intrínseco a estas famílias, com receitas que passam de geração para geração e se tornam conhecidas pela comunidade.

A pluriatividade da família é verificada mesmo dentro da porteira, mas ocorre também com atividades externas, através de membros da família que exercem outras profissões, o que ganha destaque na reprodução social e econômica. Este tema é abordado por Schneider (2001), ao considerar que a pluriatividade é algo recorrente a grande parte da agricultura familiar, que desenvolvem, muitas vezes, atividades agrícolas e não agrícolas em seu interior, ou mesmo quando há integrantes da família que desenvolvem atividades ou tem empregos fora do estabelecimento rural, em tempo parcial ou integral, como serviços autônomos, diaristas, comércio, serviços e setor público. É esta combinação de atividades agrícolas e de atividades não agrícolas, dentro ou fora da propriedade, do indivíduo ou da família, que caracteriza a pluriatividade. Schneider (2001) destaca também que a pluriatividade é uma estratégia que pode ser utilizada pela família (pelo coletivo), para garantir sua reprodução social, ou pode ser uma estratégia individual, na qual um integrante busca outra atividade para compor ou para ser sua renda, com constatado também por Carneiro (1998) e por Cazella, Bonnal & Maluf (2009).

4.2.2. O impacto do PNAE na renda das UPFs

A análise da renda advinda do PNAE é um dos pontos principais da pesquisa, o que fornece elementos cruciais para discutir a hipótese segundo a qual "as vendas para o PNAE permitem um incremento de renda e oferece novas oportunidades de trabalho e de organização para as famílias de agricultores familiares", bem como outros pontos, como veremos na sequência. Através dos projetos de venda contratados no ano de 2014, chegamos aos valores do PNAE por

UPF. Junto às famílias, levantamos outras fontes de renda e uma referência de quanto da renda familiar teve como origem as vendas para o PNAE. Desta forma, por estimativa, valoramos a renda anual das famílias em 2014, bem como apontamos a renda per capita mensal auferida no mesmo ano.

Tabela 10. Renda anual por UPF, com base no PNAE e demais rendas agrícolas, rendas externas e aposentadorias, com ano-base de 2014

UPF	Renda Anual Estimada (R\$)	Renda PNAE (R\$)	PNAE na renda (%)	Renda via entrega a mercados, varejões (%)	Renda externa à UPF (%)	Aposentadoria (% na renda e quantidade por UPF)	Renda per capita/mês em (R\$)	Renda PNAE 2014 / mês (R\$)
1	65.800,80	13.160,16	20%	80%	—	—	2.741,70	548,34
2	53.781,34	18.823,47	35%	65%	—	—	2.240,89	784,31
3	66.467,00	19.940,10	30%	70%	—	—	1.846,31	553,89
4	18.000,00	9.000,00	50%	50%	—	—	1.500,00	750,00
5	45.635,80	13.690,74	30%	40%	—	30% (1)	1.901,49	570,45
6	107.294,00	32.188,20	30%	40%	20%	10% (1)	1.490,19	447,06
7	71.299,33	21.389,80	30%	40%	30%	—	990,27	297,08
8	39.116,11	13.690,64	35%	10%	—	55% (2)	1.629,84	570,44
9	79.997,76	19.999,44	25%	40%	35%	—	3.333,24	833,31
10	56.857,14	19.900,00	35%	45%	—	20% (1)	4.738,10	1.658,33
11	105.768,30	31.730,49	30%	30%	40%	—	2.938,01	881,40
12	64.561,53	19.368,46	30%	35%	—	35% (2)	2.690,06	807,02
13	63.463,37	19.039,01	30%	25%	25%	20% (1)	881,44	264,43
14	99.307,73	29.792,32	30%	70%	—	—	4.137,82	1.241,35
15	49.969,58	19.987,83	40%	30%	30%	—	2.082,07	832,83
16	49.931,25	19.972,50	40%	30%	30%	—	2.080,47	832,19
17	66.552,50	19.965,75	30%	35%	35%	—	1.848,68	554,60
18	180.000,00	9.000,00	5%	95%	—	—	3.000,00	150,00
19	28.800,00	5.760,00	20%	40%	40%	—	1.200,00	240,00
20	198.000,00	19.800,00	10%	90%	—	—	4.125,00	412,50
21	49.975,00	19.990,00	40%	35%	25%	—	1.388,19	555,28

Fonte: Pesquisa de campo realizada de julho 2014 a março 2015

A tabela acima permite evidenciar que a renda de duas UPFs (18 e 20) pode ser destacada por estarem bem mais elevadas do que as demais. Estas duas propriedades, localizadas respectivamente em São Pedro do Turvo e em Salto Grande, são especializadas em horticultura há duas gerações. Assim, o trabalho familiar vai além de pais e filhos, integrando avós, tios e primos. Em cada UPF, reside apenas um núcleo familiar e, eventualmente, os avós, enquanto que tios e primos moram na zona urbana de seus respectivos municípios, a não mais do que 4 km de distância. Além do trabalho familiar ampliado comum a ambas UPFs, cada uma conta com ponto comercial (verdurão) da família na cidade, onde os produtos são vendidos diretamente aos consumidores, a preço de varejo. O PNAE, para eles, tem menor relevância na renda familiar. Os agricultores das UPFs 18 e 20

reconhecem que o PNAE é um programa muito importante, mas não há tanta necessidade de participarem das chamadas públicas. Assim, chegam a abrir mão, parcial ou integralmente, da participação no PNAE para que outros agricultores possam ter o PNAE como um canal de escoamento da produção e uma renda melhor.

Já no caso da grande maioria das UPFs em análise, o PNAE é o único canal de venda direta ao consumidor, e representa de 20 a 50% de suas rendas totais. O restante do escoamento da produção ocorre junto a supermercado, varejões e mercearias locais. Os agricultores apontam que o PNAE contribuiu de fato com o incremento real de renda das famílias, uma vez que se somou à demais rendas auferidas e proporcionou também um processo de aprendizagem de planejamento da produção e comercialização. A fatia da renda vinda do PNAE acima detalhada é equivalente a uma média de 30% do total auferido pelas famílias.

Além do incremento de renda, com significativa importância no orçamento familiar, a participação no PNAE traz outras consequências importantes sobre a reprodução econômica e social da família, uma vez que alterou diretamente a distribuição do trabalho de diversas famílias e trouxe perspectivas positivas para aqueles familiares que pretendem permanecer como agricultores.

Partindo-se para um olhar a respeito das mulheres, há dezesseis agricultoras distribuídas em dez UPFs, e em seis dessas UPFs as mulheres ocupam novas funções, tais como a separação e organização dos produtos, a distribuição dos alimentos junto às escolas e cozinhas escolares e o acompanhamento e gestão dos pagamentos dos contratos realizados. Em grande medida, mesmo que o desempenho de novas tarefas não seja necessariamente uma promoção ou um protagonismo, uma vez que não as afastaram de outras atividades e dos cuidados e serviços domésticos, as mulheres têm a percepção de que algumas atividades vinculadas ao PNAE, dentre as quais os contatos frequentes com a prefeitura e com as escolas, permitiram-lhes uma maior inserção social e um reconhecimento de seu papel como agricultoras para além da porteira. Em relação ao papel da mulher nas UPFs, de forma geral, pode-se remeter ao que Brumer (2004) salienta, afirmando que o protagonismo feminino no campo não é comum, uma vez que as mulheres

geralmente não dirigem as UPFs e muitas vezes não tem acesso direto aos recursos financeiros.

As possibilidades de redistribuição de trabalho e ocupação de novas funções emergem uma vez que o PNAE imprime um ritmo diferente para as atividades agrícolas e requer um maior planejamento diante dos novos compromissos, prazos e horários de entregas. Deste modo, novos arranjos de trabalho, como os verificados junto às mulheres, tornam-se fundamentais para que a família consiga cumprir seu papel frente às novas exigências e rotinas.

Já na visão dos jovens agricultores entrevistados, o PNAE viabilizou uma renda extra para a família, e eles permanecem na atividade agrícola justamente porque há a percepção de que a renda cresceu e é possível constituir e manter sua família com o apoio do PNAE. Eles afirmam que as oportunidades no campo geralmente são restritas, uma vez que os estabelecimentos familiares não são grandes e raramente absorvem a mão de obra de todos os filhos. Como efeito, acreditam que sem o PNAE o incremento de renda não seria suficiente para mantê-los no campo, constituindo seus núcleos familiares na mesma UPF em que vivem.

Do total dos jovens, 70% afirmam que a participação em programas de compras institucionais, como o PAA e o PNAE, podem evitar a saída do campo e possibilitar a manutenção das famílias rurais em condições menos precárias. Ratificando este ponto de vista, o jovem agricultor da UPF da UPF nº 2 (entrevista nº 3) afirma que retornou os trabalhos no campo, em tempo integral, graças às vendas para o PNAE, uma vez sem vender para as escolas era necessário fazer pequenos trabalhos esporádicos ou mesmo trabalhar de diarista para garantir sua sobrevivência.

Nesta mesma linha, nota-se que incremento de renda na UPF afeta diretamente as relações da sucessão rural. Se dentro da lógica tradicional se verifica que apenas um dos filhos, geralmente o mais velho e do sexo masculino, continua na propriedade, com mais renda no campo há novas perspectivas para os filhos e filhas dos agricultores, e por consequência, novas perspectivas para se traçar a sucessão familiar. Concomitantemente à possibilidade de renda, outro ponto importante para a sucessão rural diz respeito ao nível de estudos dos jovens em questão: todos têm ensino médio completo ou estão cursando (20% cursando) e 50% deles cursam ou concluíram uma faculdade. Portanto, estão mais preparados para outros desafios além do trabalho braçal, tanto com possibilidades de ir para a

cidade, como também para se dedicar ao estabelecimento rural da família, ondem podem colocar em prática seus conhecimentos em relação a técnicas de produção e comercialização de alimentos, de gestão da propriedade e uso de ferramentas informatizadas.

Em síntese, em relação ao incremento de renda e de trabalho proporcionado pela participação no PNAE, não se pode perder de vista que paralelamente aos agricultores que comercializam para as prefeituras, há um grande número de agricultores que não conseguem participar devido às limitações orçamentárias do programa. Nos municípios em questão, assim como em todos os demais municípios do país, o aumento do valor máximo a se comercializar por agricultor por ano garantiu a algumas poucas famílias uma renda maior, ao tempo que reduziu ainda mais a possibilidade inserção de outras famílias nesta modalidade de compras institucionais. Considerando-se apenas os municípios em estudo, Ourinhos, Chavantes e Salto Grande, os 30% obrigatórios da verba destinada ao PNAE para compra da agricultura familiar perfazem cerca de R\$ 624 mil por ano e atenderiam a 31 UPFs das 260 DAPs nos três municípios. Em Salto Grande, município com 100 DAPs emitidas, os 30% da verba do PNAE atendem a apenas 2 agricultores, traduzindo uma realidade que se encontra em diversos municípios, principalmente nos menores, onde o montante das verbas do PNAE é insuficiente para beneficiar um número significativo de agricultores familiares.

Ainda observando-se as UPFs da pesquisa, evidenciou-se também que os agricultores familiares com renda destacadamente maior tem no PNAE uma política de menor impacto, a ponto de não participarem eventualmente para que outros possam garantir uma renda melhor. Assim, ao se observar que as limitações orçamentárias do PNAE abarcam poucos agricultores frente ao total, torna-se pertinente estudar formatos que garantam que as compras institucionais e as cotas da verba para compras diretas da agricultura familiar sejam destinadas obrigatoriamente aos agricultores familiares de menor renda, com um teto de venda similar ao do PAA (R\$ R\$ 8 mil por ano), ou ao menos restrito a ao teto de R\$ 20 mil por DAP por ano. Seria uma forma de se direcionar esta política de compra institucional para os agricultores sobre os quais as vendas teriam impacto mais significativo na renda familiar.

4.3. Características técnico-produtivas dos estabelecimentos com vistas à promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

Neste tópico sob ótica da multifuncionalidade da agricultura, é a segurança alimentar dos agricultores e de toda a sociedade que está em questão. Para tanto, trata-se de discutir a segurança alimentar observando as técnicas de produção utilizadas, considerando seu papel para a sustentabilidade como um todo. Aqui, convém, portanto, considerar fatores associados à questão de segurança alimentar, como a exposição dos agricultores a agrotóxicos e os impactos dos agroquímicos sobre o meio ambiente. Portanto, abordar a sustentabilidade, hábitos de consumo e técnicas produtivas é pertinente para uma análise mais abrangente da realidade local em questão.

Observa-se que na região de Ourinhos, os agricultores familiares, cercados por grandes propriedades canavieiras, de pastagens e por culturas anuais (soja e milho), internalizaram o modelo de produção com base na agricultura convencional fortemente abastecido com defensivos e adubos químicos.

O conhecimento empírico ou tradicional de técnicas de produção, transmitido de geração para geração, perdeu força nessa região ao longo do tempo, frente às tecnologias e tendências ofertadas ostensivamente pelo mercado, com não processos de industrialização e urbanização crescentes. A propósito, segundo Gomes (2011), a circulação do conhecimento tradicional, na agricultura familiar, depende do contato direto entre os atores sociais, num contexto histórico e cultural. Fenômenos como o êxodo rural e uma mídia fortemente voltada para a massificação do consumo e valorização do urbano geram uma ruptura. Ou seja, trata-se de uma quebra do ciclo de circulação do conhecimento. Este fenômeno se tornou evidente quando os agricultores foram abordados sobre como conduzem suas produções e que tipos de insumos utilizam.

Embora realizem tratos culturais tradicionais em suas propriedades – como uso de adubos orgânicos, composteiras, mulching (cobertura) de palha, caldas caseiras, plantação de citronela e hortelã ao redor e no interior das áreas de produção, para evitar e ou controlar insetos, e armadilhas caseiras para insetos – o mais comum de se identificar em suas propriedades é o uso de agrotóxicos e

adubos químicos.

Tabela 11. Técnicas e recursos de produção nas 21 UPFs do estudo:

Técnica/ Recurso utilizado	% das UPFs
Adubação química	100%
Adubação orgânica	57%
Composteiras	47%
Agrotóxicos	100%
Caldas alternativas	38%
Plantas repelentes	57%
Mulching Plástico	100%
Mulching com palha	24%
Armadilhas caseira	24%

Fonte: Pesquisa de campo realizada de janeiro a março 2015

O agricultor da UPF nº 11 (entrevistado nº 24), por exemplo, afirmou que o uso de adubo orgânico (esterco, composteira) e de plantas repelentes sempre fez parte das tradições da família, mas que devido ao aumento da área cultivada não consegue produzir sem agrotóxicos e adubos químicos. Além deste ponto de vista, sempre há revendedores de produtos químicos circulando pela comunidade, incitando a utilização de produtos agroquímicos. Apesar de demonstrar conhecer que os revendedores utilizam estratégias comerciais agressivas, procurando se precaver ao menos de promessas milagrosas, este agricultor geralmente adquire muitos produtos desta natureza.

Este depoimento é similar àqueles de outros agricultores ouvidos e ilustra a realidade de praticamente todas as UPFs. O uso de agrotóxicos e adubos químicos é predominante em todas as propriedades, sendo fortemente disseminado por revendas na região e até mesmo pela ATER pública. A maior parte dos agricultores considera que é impossível produzir sem agrotóxicos, com exceção das hortas caseiras, pequenas, e não comerciais. Para o agricultor da UPF nº 5 (entrevistado nº 9), é impossível produzir cana e soja sem agrotóxicos e adubos químicos, e tal referência também serve para as demais culturas, que ele produz. Nitidamente, os agricultores são seduzidos pelos sistemas produtivos convencionais, ora por sua predominância na região, ora por falta de orientação a respeito de alternativas. No quesito orientação técnica, ou mais especificamente ATER, os agricultores afirmam

que, embora a ATER pública esteja presente na região, através da CATI, não há um acompanhamento contínuo e especializado em horticultura, foco de suas produções, nem tampouco fomento para a agroecologia em andamento. Foi consenso entre todos os entrevistados de que na região não há produção comercial sem agrotóxicos (orgânicas ou agroecológicas).

Todos estes aspectos - uso de agrotóxicos, pressão do mercado com foco na agricultura convencional, falta de uma ATER efetiva propondo alternativas - afetam diretamente a segurança alimentar, uma vez que esta última não se refere apenas à quantidade de alimentos à mesa, mas também à sua qualidade, o que, em grande medida, está associado com a forma de produzi-los. Além da segurança alimentar, está em jogo a saúde dos agricultores, diante do uso de agrotóxicos. A falta de perspectiva de desenvolvimento de ao menos um processo de transição ecológica, o que é plenamente consolidado em razão da Lei federal 12188/2010, que orienta a política nacional de ATER, torna a produção local pouco capaz de favorecer a segurança alimentar em todas as suas dimensões.

Junto às famílias entrevistadas, a questão de segurança alimentar era dada como ponto vencido: para 100% de nossos interlocutores, a sensação era de total segurança alimentar, onde todos se sentiam plenamente satisfeitos em termos de quantidade e de qualidade dos alimentos. Num primeiro momento, as famílias afirmavam que não havia preocupação em se produzir para o autoconsumo, embora em quase todas as UPFs tenha pomares, hortas e produção de pequenos animais, como aves e suínos. A partir de tais constatações, procurou-se abordar os agricultores sobre a importância de se ter alimentos produzidos em suas propriedades e disponíveis para o consumo do dia-a-dia da família.

Para as famílias, havia a compreensão comum de que a produção para o autoconsumo é algo intrínseco às propriedades rurais: “assim como as famílias urbanas teriam mais fácil acesso a alguns bens e serviços, na roça a gente tem acesso a comida mais saudável”, como afirma o agricultor da UPF nº 20 (entrevistado nº 53). Há a percepção de que os alimentos produzidos na propriedade e à disposição se constituem em uma vantagem comparativa à vida na cidade, mas apenas uma menor parte dos agricultores equacionava seu valor dentro da renda familiar: cerca de 24% das famílias tinham valores aproximados do que se economizava com a produção para autoconsumo, chegando-se a uma economia de R\$ 350,00 a R\$ 500,00 reais por mês. As demais famílias somente achavam

importante ter os alimentos disponíveis, sem qualquer noção de valores. No entanto, tais ponderações apontavam para uma valoração intangível, notada pela satisfação em se produzir os alimentos e ter a mesa farta.

A agricultora da UPF nº 8 considera que é muito importante ter alguns alimentos na própria propriedade, mas destaca que a comercialização da produção é fundamental para que a família continue no campo: “o nosso alimento é muito bom. A gente come do mesmo canteiro que vende, mas se não tiver renda boa, ninguém quer ficar na roça” (entrevista nº 20). Uma jovem da família da UPF nº 13 ratifica esse pensamento sobre a produção para autoconsumo. Para esta interlocutora, os alimentos produzidos para autoconsumo são muito importantes para a família, “mas como já fazem parte do dia-a-dia, nem sempre se valoriza o que tem” (entrevista nº 33). Sua mãe listou os alimentos à disposição vindos diretamente da propriedade, para afirmar que compra poucos mantimentos para complementar a alimentação do dia-a-dia. Embora não produzam arroz e feijão (base da alimentação das famílias), os agricultores não precisam comprar frutas, verduras, legumes, mandioca, ovos, carne de frango e de suíno, o que, sem dúvida, representa uma soma poupada considerável para a família.

A agricultora também se refere ao que vende para o PNAE, e afirma que só usa agrotóxico quando realmente não tem outro jeito: “Como a gente vende para os alunos, a gente segue as receitas [agronômicas] e só usa veneno quando realmente precisa” (entrevista nº 32).

Conforme se verifica na tabela 13, a produção para venda (e também para consumo na propriedade) é, em geral, diversificada. Somente uma família não cultiva hortaliças, seja para venda ou consumo próprio (UPF nº 1). Sua renda principal se origina do gado de corte. Nesse caso, o fornecimento para o PNAE se refere à polpa de maracujá, de um pomar implantado recentemente.

Apenas duas UPFs produzem leite para seu autoconsumo. No caso da UPF nº 1, a criação de gado de corte permite o aproveitamento do leite de uma ou duas vacas. Já no caso da UPF nº 4, três vacas são mantidas em pequeno piquete próximo à casa da família. Assim, seu o leite abastece a família, sobrando por vezes mesmo um pouco para os vizinhos ou para preparar queijo.

Tabela 12. Produção para venda e autoconsumo e produção para autoconsumo nas 21 UPFs em estudo

UPF	Produção para venda e para autoconsumo	Produção para autoconsumo
1	polpa maracujá/ gado de corte	manga, abacate, citrus, mamão, galinhas, ovos e leite
2	cheiro verde, brócolis, tomate, alface, couve, chicória	mandioca, manga, abacate, jaca, goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia, banana, galinhas, ovos, suínos e peixe
3	Alface, chicória, tomate	mandioca, abacate, manga, laranja, mamão, galinhas, ovos, suínos
4	cheiro-verde, beterraba, cenoura, chuchu, couve flor, pepino, couve, berinjela, abobrinhas brasileira e paulista, repolho e tomate	manga, abacate, citrus, mamão, galinhas, ovos, suínos, leite
5	alface, chicória e cheiro verde	manga, citrus, mamão,
6	mandioca, berinjela, repolhos verde e roxo, couve-flor, acelga, couve	manga e abacate
7	Alface, chicória, couve, abobrinha, mandioca, legumes	manga, abacate, citrus, mamão, jabuticaba, mamão, pitanga, banana
8	cheiro verde, repolho roxo, brócolis cenoura, chuchu, alface, espinafre, couve, chicória, mandioca	manga, banana, abacate, galinhas, ovos
9	cheiro verde, salsinha, alface, chicória e couve	manga, abacate, jaca, goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia, banana, galinhas, ovos
10	cheiro verde, salsinha, alface, chicória e couve	manga, abacate, goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia, banana, galinhas, ovos
11	abóbora, berinjela, couve, mandioca	manga e abacate
12	cenoura, couve flor, tomate, berinjela, chuchu, alface, cheiro verde, beterraba, acelga, brócolis e couve	abacate, manga, laranja, mamão, banana, galinhas, ovos, suínos
13	alface, tomate, couve, pepino, cenoura, berinjela, pimentão, chuchu, beterraba, vagem, repolho	laranja
14	tomate, pimentão, abobrinha	abacate, citrus, galinhas, ovos
15	alho, alface, tomate, pimentão, chicória	citrus, abacate, manga
16	tomate e alface	citrus, abacate, manga
17	abobrinha, mandioca, salsinha, cebolinha, alface	citrus, abacate, manga, galinhas, ovos
18	alface, tomate, couve, cenoura, berinjela, chicória, abobrinha, cheiro verde, rúcula	manga, abacate goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia
19	alface, tomate, repolho, couve, mandioca	manga, abacate, goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia, banana, galinhas, ovos e suínos
20	alface, rúcula, agrião, berinjela, cenoura, mandioca, abobrinha, cheiro verde, cebolinha	manga, abacate, goiaba, citrus, jabuticaba, acerola, mamão, melancia, galinhas, ovos
21	milho verde, banana, mandioca	citrus, abacate, manga, mamão

Fonte: Pesquisa de campo realizada de julho 2014 a março 2015

Ao se buscar um panorama geral sobre este tópico da dissertação (segurança alimentar, sustentabilidade, técnicas de produção), é possível unir a discussão com as percepções de Altieri (2008), quando afirma que o sistema de produção convencional, com base em altos *inputs* de agrotóxicos e adubos químicos está em xeque, não por produzir alimentos, mas por ter alto impacto sobre o meio ambiente e sobre as comunidades de agricultores familiares. Nesta mesma linha, há as propostas de Caporal (2008), em busca de uma agricultura sustentável, com base agroecológica, e que permita ao agricultor não ficar refém de pacotes tecnológicos, ao mesmo tempo em que possa integrar, de modo mais saudável, a produção, a renda, a vida no campo e o meio ambiente.

Por sua vez, corroborando com os autores acima, pesquisadores como Moruzzi-Marques (2010) e Dufumier (2007), ao apontar para a questão da soberania alimentar como uma visão que supera a segurança alimentar e suas dissonâncias (abordagens mais convencionais, focadas no mercado e no produtivismo, versus viés mais integrador, onde o agricultor, o meio ambiente e a produção de alimentos são indissociáveis), procuram elevar a discussão a um novo nível, trazendo a soberania alimentar fortemente relacionada com a agroecologia, que, por sua vez, busca também a autonomia dos agricultores para produzir suas sementes, aplicar e desenvolver suas seus conhecimentos e suas técnicas produtivas em consonância com a preservação ambiental, bem como fortalecer os circuitos curtos alimentares, com o PNAE .

4.4. O PNAE e a manutenção do tecido social e cultural

Antes de discorrer sobre este ponto, vale relembrar que a formação da região de Ourinhos ocorreu de forma pulverizada, com pessoas originárias de diversas regiões do país e do exterior. Assim, diferentemente da região Sul do país e de algumas localidades espalhadas pelo Brasil afora, onde as comunidades locais foram formadas por contingentes maciços vindos de determinados países (colônias de alemães, de italianos, de japoneses, entre outros), a região de Ourinhos recebeu contingentes menores e fragmentados. Seu aumento populacional mais significativo ocorreu a partir dos anos 1950.

Cada região ou cidade tem suas relações sociais e culturais influenciadas por diversos fatores, tais como: manutenção e valorização de tradições do campo em meio urbano por famílias de origem rural, modo de formação dos centros urbanos da região, dimensão da migração de outras regiões ou de localidades próximas, distância geográfica entre o centro urbano e as comunidades rurais, tamanho populacional dos centros urbanos, diversidade de fontes de emprego e renda e tamanho das comunidades rurais. O conjunto desses fatores representa um caldo de cultura específico para distinguir formas distintas de vida em cada lugar.

Em Ourinhos e região, os diversos bairros rurais, como os bairros de Ribeirão Grande, Córrego da Onça, Sogra e Água do Jacu, foram se consolidando aos poucos, à margem do centro urbano e das grandes propriedades. Quando questionados sobre as tradições familiares e culturais do campo, os agricultores afirmam que muitas práticas culturais se perdem ao longo das gerações, pois o contato com o meio urbano é cada vez maior, o que leva a uma grande transformação na forma de agir e de interagir. Uma das tradições mantidas e que exerce forte influência nas relações sociais das comunidades é a ampla prática de trocas de alimentos e de serviços ou dias de serviço: “é comum os vizinhos terem coisas diferentes nas propriedades e também é comum precisarmos de mais gente trabalhando em algum momento na nossa terra. Assim, a gente troca ovo por leite, leite por fruta, fruta por galinha, e assim por diante” (agricultora adulta, UPF 13, entrevista nº30). Também nesse sentido, outro interlocutor diz que vez por outra usa seu maquinário em outras propriedades e, geralmente, em troca de outros serviços: “não é sempre que o pessoal tem dinheiro para pagar o trator, mas eu também sempre preciso de ajuda ou de alguma coisa. Daí a gente combina e eles me ajudam quando tenho que trocar o plástico das estufas, ou quando é minha vez de entregar as verduras nas escolas, e alguém vai para mim, no meu lugar” (agricultor jovem, UPF 2, entrevista nº 3).

Um outro ponto relevante a se destacar é a percepção de que participar do PNAE mudou as relações entre os agricultores e a relação dos agricultores com a comunidade urbana. Desde o início do fornecimento de alimentos para as escolas públicas graças ao PNAE, a estrutura de associados e o foco da associação mudaram drasticamente: as associações (de Ourinhos e de Chavantes) deixaram de ser apenas de um bairro, passando a receber agricultores de outros bairros e de outras cidades vizinhas para poder fornecer alimentos de modo que as prefeituras

possam atingir o mínimo de 30% do valor repassado pelo FNDE para aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, tal como prescreve as normas do PNAE.

Se antes reunir os associados de uma comunidade já não era tarefa fácil, agora se tornou muito mais complexa. Embora o foco de todos os associados seja o fornecimento à alimentação escolar, o aumento do número de associados gera mais conflitos de ideias e de interesses. Quando há conflitos, os grupos geralmente se alinham por comunidade.

Uma de nossas interlocutoras explica que entrou para a APPBRG devido ao PNAE. Ele considera que, em muitas ocasiões, os mais antigos da associação é “quem mandam e desmandam” e nem sempre há espaço para as discussões de forma transparente. Afirma também que, mesmo com essas dificuldades, tem aprendido muito com a participação na associação: “a gente tá acostumada a trabalhar muito isolado, ou conta só com os vizinhos mais próximos. Na associação é muita gente, cada um pensa de um jeito, mas no fim tem que trabalhar todo mundo junto para dar conta de entregar os alimentos nas escolas” (agricultora e aposentada, UPF 12, entrevista nº 28).

Outro entrevistado, do município de Salto Grande, afirma que, no começo, a base da associação foi a comunidade de Ribeirão Grande, onde todos já se conheciam e se tornaram a maioria na associação. Esta origem centrada em tal comunidade gerou algumas dificuldades para integrar pessoas das outras comunidades, que, por sua vez, mostravam-se mais cautelosas: “eu mesmo sou de outro município e só entrei para a direção porque tenho formação em contabilidade, e me ofereci para colaborar” (jovem agricultor, UPF 14, entrevista nº 35).

Frente a estes relatos, há um outro lado da história: a participação dos associados nas reuniões é baixa, mesmo diante das convocações. Se por um lado alguns agricultores afirmam que a associação é espaço onde apenas alguns manifestam e decidem, por outro lado há agricultores afirmando que poucos se dispõem a participar ativamente. Assim, estão, sobretudo, preocupados em produzir para poder entregar os produtos para o PNAE o grande problema é que ninguém quer deixar sua roça para ajudar na associação: “Ninguém tem mão de obra sobrando em casa, e é na roça onde todo mundo sabe trabalhar” (agricultor da UPF

15, entrevista nº 37). Outro agricultor, também dirigente da associação, ao mesmo tempo que lamenta a baixa participação, afirma que muitas vezes as decisões são tomadas por poucos: “a diretoria, no fim, tem que decidir tudo quase sozinha, e as decisões nem sempre agradam, principalmente aos que não participam da rotina da associação” (agricultor da UPF 13, entrevista nº 29).

Mesmo com conflitos internos na APPBRG, todos reconhecem que, ao possibilitar a reorganização da associação e a entrada de novos membros, o PNAE abriu a oportunidade não apenas para um incremento de renda, mas também para um aprendizado sobre organização coletiva, logística, legislação, planejamento da produção e relacionamento comercial com a prefeitura. Antes do PNAE, cada um buscava colocar seus produtos no mercado de forma individual, não havendo nenhuma relação mais próxima com a prefeitura ou mesmo entre eles.

Neste ponto, convém abordar a questão da autoestima dos agricultores e o reconhecimento de suas funções sociais. É comum notar que os agricultores, muitas vezes, são subestimados, vistos como atrasados, caipiras, sujos de terra e pouco educados (formalmente). Esta caricatura, destacada por Graziano (2001), firmou-se ao longo do período do êxodo rural, quando o país se urbanizou e negligenciou o rural por muitos anos. Aliás, esta visão do rural como lugar do atraso contribuiu com a legitimação dos processos de urbanização e industrialização, tendo como consequência o êxodo rural com grande marginalização de muitas famílias brasileiras. A sensação de ser visto como atrasado é relatada por alguns agricultores e seus filhos, mas, pouco a pouco, segundo eles, este preconceito vai diminuindo. Passa a surgir um reconhecimento por seu trabalho e suas funções sociais, com destaque para a produção de alimentos e preservação do meio ambiente.

A agricultora da UPF 6 (entrevista nº 12) menciona que numa das primeiras vezes que foi até a prefeitura para conversar sobre o PNAE se sentiu muito envergonhada. Primeiro, por não ser habitual para ela participar de reuniões com autoridades. Segundo, porque as mulheres que lá trabalhavam estavam melhor vestidas, muitas com unhas pintadas e cabelos bem cuidados, enquanto ela, no dia-a-dia da lida no campo, não tem como ter um mesmo padrão durante o trabalho: “não tem como ficar bonita assim todo dia na roça, porque a gente suja a mão na terra, sua, molha o cabelo. E quando eu chegava na prefeitura e via o pessoal mais cuidado, mais bem vestido, era um pouco constrangedor para mim e para meus filhos”.

Em outra entrevista, com uma filha de agricultores, a jovem revelou que até na escola que frequenta há mais de 5 anos (localizada na zona urbana) se sente discriminada: “as pessoas achavam que na roça não tem telefone, internet, mas hoje todo mundo tem, e não tem diferença entre nós... Na verdade, tem: eu moro na roça, elas moram na cidade. Lá parece melhor, porque tem tudo. Mas a gente consegue chegar lá sem dificuldade e usa tudo que precisa da cidade também. E aqui tem muito mais tranquilidade, menos barulho e menos confusão” (agricultora jovem e estudante, da UPF 13, entrevista nº 33).

Os homens também não se sentiam muito à vontade para as reuniões com as autoridades e funcionários municipais, pois geralmente se apresentavam com botina e chapéu, itens do vestuário muito comuns no dia a dia da roça. Para um dos agricultores entrevistados, “as pessoas da cidade sempre reparavam, olhavam de modo estranho. Deviam pensar que eu era burro e não sabia conversar. Eu me sentia mal, mas fui vendo quanta coisa boa a gente tem na roça, e de quanto a cidade precisa da gente. E no fim, percebi que muitas vezes era eu que me achava assim, e não eles” (agricultor da UPF 15, entrevista nº 37).

Uma mudança de percepção passa pelo reconhecimento do papel que cada um cumpre na sociedade, bem como de um pouco de empatia, como sugere a nutricionista da Prefeitura de Ourinhos: “no início, achava muito estranho eles não entenderem o processo de compras, o rigor dos horários de entrega, os prazos.... mas fomos percebendo que o PNAE era novidade demais para eles. Com o tempo, eles foram aprendendo e as coisas ficaram tranquilas. No fim, a gente tem que aprender muito com eles, e eles com a gente. Cada um vive uma realidade de trabalho diferente: aqui, é burocracia, horário certo, hierarquia, atender a muita gente. No campo, eles têm outros compromissos, mas como são os proprietários e a mão de obra do sítio, não tem que dar satisfação para ninguém. O tempo deles é de um jeito, e o nosso é de outro. Tivemos que construir juntos o compromisso de fazer tudo dentro dos prazos e da qualidade que precisamos para os alunos” (entrevista nº 60). A nutricionista contou que, ao visitar as propriedades junto com membros da Diretoria de Agricultura de Ourinhos, surpreendeu-se com tantas lógicas e informações que não conhecia, não tendo a mínima ideia de como funcionava o trabalho no campo: “eu olhava as hortas e via o pessoal trabalhando no sol e na

terra molhada. Eles disseram que acordavam entre 4 e 5 da manhã e antes mesmo do sol nascer muitas vezes já estavam cuidando das plantações. O trabalho deles é pesado e o tempo é diferente, pois se planta hoje e cuida muitos dias até a colheita. Nós só temos o trabalho de comprar os alimentos, e nem lembramos de onde eles vêm”.

Além dessa empatia direta entre agricultores e os interlocutores do poder público, fundamental para se estabelecer uma relação de confiança, quase todos os agricultores destacam que entregar alimentos diretamente nas escolas, para as crianças, é muito gratificante: “eu sempre entreguei verdura para varejões ou supermercados, mas eu nunca via os consumidores de verdade, comendo o que eu produzo. Agora, várias vezes chego na escola na hora da merenda, ou na hora da preparação da merenda, e é muito bom poder colaborar com as crianças” (agricultura idosa da UPF 5, entrevista nº 10). Já o agricultor da UPF 2 (entrevista nº 3) lembra da responsabilidade de se produzir um alimento saudável: “responsabilidade é maior, né. Afinal, agora a gente conhece pelo menos no geral quem tá comendo nossos produtos, e na outra semana a gente está lá, de novo. Temos que produzir sempre coisa boa para as crianças”

Essa relação mais próxima e constante, graças ao fomento do PNAE a circuitos curtos de proximidade, com uma relação mais direta entre agricultor e consumidor, evidencia a importância do trabalho no campo e encoraja o agricultor a desenvolver mais cuidados para produzir um alimento saudável.

Segundo uma entrevistada da Secretaria de Educação de Ourinhos (entrevista nº 63), um pouco depois de se iniciar as compras da agricultura familiar em razão do PNAE, a prefeitura divulgou nas escolas, através de banners e de reunião com os professores, que a alimentação escolar agora estava sendo preparada com produtos do município. Em algumas escolas, fez parte dessa publicização a presença de agricultores nas escolas para explicar sua história, seu dia-a-dia, além de apresentar a comunidade onde moram. Para ela, esta foi uma maneira interessante de se contextualizar o assunto alimentação saudável, ao levar para a sala de aula quem está no campo, produzindo o alimento que vai para a mesa das crianças. Dentre os relatos colhidos durante as entrevistas com as agricultoras, destacamos o trecho abaixo, a respeito deste assunto apontado pela Secretaria de Educação:

“Eu fui com minha filha mais nova entregar os alimentos, e logo depois de descarregar a caminhonete, a diretora me levou para uma sala com muitos alunos. Fiquei meio sem jeito, mas ela disse que eles iam fazer algumas perguntas para mim, porque fazia parte da matéria deles. No final, todo mundo aplaudiu eu e minha filha. Foi muito gratificante. Acho que foi a primeira vez, fora aniversário, que bateram tantas palmas pra mim” (agricultora da UPF 6, entrevista nº 12)

O PNAE, deste modo, favoreceu novas relações sociais e comerciais, influenciando de forma significativa a manutenção do tecido social rural das comunidades em questão. Houve um reconhecimento crescente do trabalho do campo por setores diversos da prefeitura e por boa parcela dos alunos, bem como se desenvolveu um reconhecimento de sua importância social, como os alimentadores das cidades.

Paralelamente, os agricultores tiveram um aprendizado prático sobre planejamento de produção, logística de entregas e contratos com o setor público. Ademais, a oportunidade de fortalecer laços entre diferentes atores implica na valorização dos estilos de vida e de trabalho das famílias agricultoras, abrindo portas para novos arranjos sociais, comerciais e produtivos.

4.5. A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

Quando se relaciona a agricultura ao o meio ambiente, é comum se pensar em nos impactos negativos da atividade agrícola sobre a paisagem natural ou aquela já modificada, em relação à degradação do solo, da água e da biodiversidade. Independentemente da perspectiva da abordagem, seja mais produtivista ou mais conservacionista, existe claramente a concepção de que a agricultura que nos alimenta eleva a pressão sobre o meio ambiente, no qual estamos inclusos.

Na região do Médio Paranapanema, desde seu povoamento inicial, quando o café era o carro-chefe, até os dias de hoje, quando mares de cana e de pastagens são as paisagens predominantes, a vegetação nativa foi perdendo espaço para a

agricultura e para a construção das cidades. Em Ourinhos, enquanto a cobertura de mata nativa atualmente não chega a 5% do total de seu território, as áreas de cana ocupam cerca de 44% e as pastagens extensivas 25%, principalmente com braquiária. As culturas anuais (17% da área), como milho e soja, vêm ganhando força na região, e substituindo algumas áreas de pastagens (CATI, 2008). Os maiores fragmentos de Mata Atlântica encontrados na região estão nas matas ciliares do rio Paranapanema, que podem ser vistos como corredores de fluxo biológico ao longo das margens. Os demais fragmentos são encontrados isoladamente nas propriedades rurais, geralmente também em matas ciliares de riachos e nas reservas legais.

Na distribuição das propriedades de Ourinhos e região, observa-se que cerca dos 85% estabelecimentos (com cerca de 4 módulos rurais ou menos) ocupam aproximadamente 30% de toda a área. Os outros 15% dos estabelecimentos, os maiores, dispõem de 70% de toda a área agricultável, retrato similar do que se encontra na maior parte do Brasil.

Das UPFs em análise, apenas três UPFs (nº 1, nº 15 e nº 16) têm mais de 1 módulo fiscal de área (o módulo fiscal na região é de 20 ha). As demais propriedades em estudo têm menos de meio módulo fiscal. Em todas as UPFs visitadas, há reserva legal averbada ou delimitada. Já em relação às áreas de preservação permanente (APPs), localizadas às margens de rios ou riachos e ao redor de nascentes, ao menos 60% das propriedades precisam se adequar ambientalmente frente ao novo código florestal, delimitando e reconstituindo sua vegetação natural.

Ao se tratar de meio ambiente e da paisagem rural, os agricultores foram interrogados sobre suas percepções no que se refere às modificações na ocupação do território, no uso do solo e da paisagem nos últimos anos. Foi unânime a manifestação de que os canaviais e as pastagens são predominantes há longa data na região, mas que as pequenas propriedades foram mudando mais acentuadamente nos últimos 20-30 anos. Nas UPFs visitadas, a paisagem apresenta outros contornos diante das grandes propriedades, com canteiros de hortaliças e suas estruturas com sombrites, estufas e tanques para limpeza pós-colheita, juntamente com os pomares domésticos nos arredores das casas e a criação de pequenos animais (aves e suínos).

Segundo os depoimentos de diversos agricultores (entrevistas nº 3, nº 7 e nº 10), algumas pequenas propriedades da vizinhança foram arrendadas para cana, mas a renda gerada pelo arrendamento para pequenas áreas é muito baixa e serve apenas para complementar a renda das famílias que foram para a cidade: “essas propriedades ou vão virar sítio de fim de semana ou vão ser compradas pelas propriedades maiores” (agricultor da UPF 5, entrevista nº 3). Muitos dos que continuaram no campo e pretendem permanecer, encontraram na horticultura uma alternativa de renda para a pequena área de produção.

Os agricultores afirmam que o processo de implantação de hortas comerciais teve início bem antes dos estímulos do PNAE à agricultura familiar. Desde a década de 80, a atividade hortícola foi se fortalecendo, acompanhando o crescimento do município e do mercado em geral. As primeiras hortas comerciais eram localizadas na Vila Christoni, dentre as quais se encontram as UPFs 6, 7 e 8, e posteriormente foram se disseminando para outros bairros.

Com o início das vendas para a alimentação escolar através do PNAE, novas mudanças na paisagem surgiram: em 57% dos estabelecimentos em estudo, houve implementação de novos canteiros de hortaliças nos últimos 5 anos, substituindo de parte das pastagens velhas ou de áreas de culturas anuais. Paralelamente a estas substituições, outros aspectos podem ser notados, tais como a implantação de estufas (plasticultura) em cerca de 43% das propriedades visitadas, substituindo parte da produção a céu aberto (a maior parte produção ainda é realizada a céu aberto). A maior inserção de culturas protegidas em estufa foi, em grande medida, uma necessidade frente às adversidades do tempo, haja vista o compromisso de se fornecer alimentos específicos, de acordo com programação da prefeitura, para entregas às escolas.

A partir do crescimento das hortas nas propriedades, os agricultores apontam que os cuidados com o solo e a água passaram a ser levados mais à sério, devido à necessidade diária de água nos canteiros, aos tratos quase que diários das plantas e aos ciclos geralmente curtos das hortaliças (poucos meses). O uso de água e o manuseio do solo são muito intensos. Em relação à água, há necessidade de maior volume para irrigar os canteiros, ao tempo em que a água precisa ser de

boa qualidade, para não contaminar as hortaliças. O relato de uma agricultora, com 5 estufas na propriedade, é revelador:

“ A água que existe está aí. Se não usar direito, não dá para irrigar tudo. E horta sem água boa no pé todo dia, não aguenta. Tenho pouca área de terra (meio ha), e as estufas me ajudam a garantir a produção que preciso para entregar, usando menos água que a céu aberto. Antes, quando não tinha as estufas, qualquer chuva mais forte acabava com a produção e com minha renda. Com as estufas, uso menos água e tenho como planejar melhor a produção para entregar nas escolas e no mercado” (agricultora da UPF 16, entrevista nº 39).

Em cerca de 30% das propriedades estudadas, houve perfuração de novos poços para dispor de água suficiente. Em outras 30%, construíram-se pequenas represas ou açudes. Os agricultores procuram, deste modo, conciliar o acesso a um volume maior de água a um uso mais racional deste recurso (com a implantação de estufas e sistemas de irrigação que utilizam menor volume de água).

Quanto ao solo, a preocupação maior dos agricultores com os riscos de erosão, principalmente porque a maior parte da produção é a céu aberto, onde o solo não está protegido. Uma das técnicas comumente encontradas nas UPFs é o uso de mulching (cobertura dos canteiros com materiais orgânicos, como palhada, lascas de madeira, ou com materiais inorgânicos, no caso, lonas de polietileno.) O mulching auxilia a produção de diversas maneiras: redução da evaporação da água, redução de aplicação de agrotóxicos e também controle de erosão dos canteiros. O principal material utilizado é a lona de polietileno, com dupla face (branca e preta). A parte branca para cima, refletindo a luz auxilia no controle da temperatura do solo. Alguns agricultores também utilizam palhada de milho ou mesmo capim seco para a cobertura morta, o que contribui para o aumento da matéria orgânica e melhor equilíbrio do solo. Na tabela a seguir, tem-se os principais impactos identificados:

Tabela 13. Impactos sobre os recursos naturais gerados pela inserção ao PNAE

Técnica/ Recurso utilizado	% das UPFs
Substituição de pastagens ou culturas anuais por hortaliças	57%
Plasticultura em parte de canteiros antigos ou em áreas de pastagens	43”%

Maior consumo de água	100%
Perfuração de novos poços	30%
Construção de novos açudes/ represas	30%

Fonte: Pesquisa de campo realizada de janeiro a março 2015

Além das mudanças na paisagem relatadas e das considerações a respeito do uso do solo e da água, perguntamos sobre as percepções dos agricultores a respeito de diferenças na paisagem entre os estabelecimentos de agricultura familiar e das grandes propriedades. Dentre os pontos de destaque, tem-se a valorização da paisagem e a diversificação da produção como primeiras percepções, como pode ser visto no depoimento do agricultor da UPF 18 (entrevista nº 43): “Todo mundo gosta de vir aqui em casa. Tem pomar, horta, bichos, rio. E a gente gosta de morar aqui também. Quem tem mangueira fazendo sombra na porta de casa na cidade? Quem tem galinheiro com jabuticabeira e jaca? Aqui tem tudo isso. E cada vizinho tem seu jeito, seu visual”. De forma mais enfática, uma agricultora relatou seu ponto de vista o assunto: “É lógico que é diferente. Ninguém quer morar no meio do canavial ou do pasto. A horta também é lugar de trabalho, mas é sempre mais bonito de se ver. E mais importante; sempre tem gente na horta. No pasto, só tem boi. E no canavial, só cana. É só andar pela estrada (cercada de cana). Onde você acha melhor morar? Lá ou aqui?” (Agricultora da UPF 8, entrevista nº 20).

Assim, a respeito de preservação ambiental e da paisagem, embora os agricultores tenham demonstrado preocupação com o uso do solo e da água, observou-se fundamentalmente um aumento do uso de recursos naturais, o que, de fato, é um aspecto negativo para o meio ambiente. Mais uma vez ficou evidente a falta de assistência técnica e extensão rural com foco em sustentabilidade, uma vez que os agricultores não são atendidos de modo constante e satisfatório.

Quanto à paisagem do ambiente rural, além das mudanças observadas ao longo dos anos, há de se destacar a percepção de valor da paisagem em que vivem, uma vez muito mais complexa que as propriedades com monocultura. Frente ao PNAE, por sua vez, as mudanças na paisagem e no uso de recursos naturais tiveram alguns impactos notados, mas vale salientar que tais situações já vinham acontecendo, em suas devidas proporções, ao longo dos últimos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, foi possível evidenciar a importância da formulação das políticas públicas que contemplem, em seu conjunto, o meio ambiente, a produção, a renda e o bem estar das pessoas. Nosso trabalho procurou desenvolver uma metodologia para fornecer uma análise abrangente dos dispositivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim também de contribuir com as indispensáveis avaliações rotineiras e aprimoramentos de procedimentos e parâmetros estabelecidos pelas políticas e programas de governo. Este monitoramento constante é necessário como meio para evitar rupturas e distanciamentos severos, mesmo que os dispositivos de política pública pareçam cumprir seus papéis referendados pela letra da lei.

Dentre as políticas públicas para a agricultura familiar, por exemplo, se houver crédito convidativo, como o PRONAF, sem os devidos cuidados com o meio ambiente e a produção saudável, haverá prejuízos paralelos à produção, como danos ao meio ambiente e à saúde. No caso da ATER, aquela focada exclusivamente na produção, sem considerar todas as dimensões em torno das unidades de produção familiar, implica em manter pequenos atores no mercado, competindo fragilmente entre si e mais fragilmente frente a grandes empresas do agronegócio. Portanto, o apoio à agricultura familiar via dispositivos criados graças ao PNAE de compras institucionais de alimentos deve também ser examinado em suas múltiplas dimensões.

Assim, quanto ao PNAE, se o foco principal das prefeituras for destinar o mínimo de 30% do repasse do FNDE às municipalidades para as compras diretas de alimentos da agricultura familiar, sem tratar efetivamente da inclusão dos agricultores que mais precisam deste apoio e sem um devido acompanhamento e controle social e público, haverá benefícios muito aquém dos possíveis para a sociedade como um todo. De nossa perspectiva, o olhar para questões como a manutenção do tecido social, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente é absolutamente fundamental.

Diante desta ótica, devemos ressaltar que, com o aumento dos valores de venda dos agricultores à alimentação escolar por DAP, desde 2013, alterado de R\$

9 mil por ano para R\$ 20 mil por ano, reduziu-se ainda mais o número de agricultores participantes dos dispositivos criados graças ao PNAE em favor da agricultura familiar. No caso de Ourinhos, onde anteriormente seriam necessários cerca de 58 agricultores ($R\$ 9 \text{ mil} \times 58 = R\$ 522 \text{ mil}$ por ano) para cobrir a exigência mínima de compra pública municipal da agricultura familiar, agora, com menos da metade é possível atingir a meta de 30% da verba do FNDE destinada a aquisição de alimentos dos agricultores familiares. Este problema é mais sensível ainda para as cidades menores, como Chavantes e Salto Grande, onde com 3 ou 4 agricultores se consegue atingir 30% de compras públicas municipais de alimentação escolar proveniente da agricultura familiar. Embora a pesquisa tenha sido feita apenas com uma delimitação local, estes parâmetros são nacionais e tendem a concentrar as vendas de alimentos às escolas via PNAE para agricultores, ou grupos de agricultores, restritos e mais organizados, mas podendo deixar de fora os agricultores mais carentes e mais necessitados dessa oportunidade.

De todo modo, os avanços recentes no PNAE o tornam uma referência de política que integra agricultura, educação e sociedade, o que constitui uma lógica fundamental. Mas não se pode perder de vista que o programa, quando bem executado, tem recursos para atender cerca de 4% da UPFs no Brasil, ou seja 185 mil estabelecimentos familiares, num universo de 4,4 milhões, caso considerarmos a venda de R\$ 20 mil por DAP/ano e o valor total do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação para aquisição da alimentação escolar que chega a R\$ 3,8 bilhões por ano. Como já destacado, este também é o retrato dos municípios em estudo: apenas uma parte dos agricultores familiares tem a oportunidade de comercializar para o PNAE em seus municípios, embora em Ourinhos e em Chavantes estes percentuais sejam maiores (20% dos agricultores de Ourinhos e de Chavantes, enquanto 2% em Salto Grande).

Quanto aos impactos do PNAE para aqueles que vendem seus produtos alimentares às escolas, a ótica da multifuncionalidade da agricultura familiar nos permitiu analisar diversos aspectos na região estudada e responder às questões formuladas no início. O incremento de renda e a segurança de um contrato junto à prefeitura são os principais motivadores para os agricultores familiares participarem das compras institucionais de alimentos, graças ao PNAE. Efetivamente, através do incremento da renda, verificado claramente em nossos estudos, muitos outros fatores positivos se desencadeiam. Mesmo agricultores que já comercializavam para

mercados privados convencionais se beneficiam muito do aprendizado e das possibilidades geradas graças aos novos dispositivos de política de alimentação escolar favorecendo a agricultura familiar.

Podemos agrupar num mesmo bloco as dimensões de técnicas produtivas, ATER, segurança alimentar, preservação do meio ambiente e da paisagem enquanto aquelas para as quais as novas regras do PNAE representaram menos mudanças. Evidenciou-se que o trabalho de ATER, diante de sua frágil atuação, não vem colaborando sistematicamente para a adoção de práticas agroecológicas e que o *modus operandi* de práticas convencionais é predominante na região. Os agricultores, mesmo quando utilizam esporadicamente técnicas de natureza agroecológica, viabilizam sua atividade produtiva reproduzindo, em suas pequenas propriedades, o que se pratica em larga escala na agricultura convencional. A segurança alimentar de suas famílias está aparentemente garantida, mas não se pode considerar o mesmo em termos de soberania alimentar, justamente pela falta de autonomia ou pela dependência constante de importação de adubos, sementes e agrotóxicos para seus sistemas de produção. A preocupação com a qualidade dos alimentos existe, mas é ligada à legalidade e às recomendações técnicas que recebem para uso dos insumos. Através das técnicas de produção empregadas e dos sistemas com áreas em cultivos protegidos, os agricultores conseguem atender aos prazos e à qualidade de alimentos solicitada pelas prefeituras, mas há maior uso e água e de solo para o cultivo das hortas. Nitidamente, a interferência na paisagem existe graças à permanência de uma agricultura familiar diversificada e assegura atividade laboral para muitas famílias de agricultores. Tal interferência não se trata, portanto, de afetar matas, uma vez que estas foram em grande medida destruídas há muito tempo. Porém, as substituições de pastagem por hortas, (a céu aberto e em estufas) permite criar contrastes fragrantos em relação às monoculturas predominantes na região. Evidencia-se, de toda forma, que há necessidade de se aprofundar os trabalhos de ATER, tanto em quantidade quanto em qualidade, buscando-se integrar o incremento de renda à práticas mais sustentáveis.

Por sua vez, fortemente ligada à reprodução social e econômica das famílias, a manutenção do tecido social e cultural representa a ampliação das

relações sociais entre os agricultores, mais notadamente dentro das associações, e entre estes últimos e o poder público e a sociedade como um todo.

De forma abrangente, o trabalho de forma coletiva e do aprendizado que o associativismo e o cooperativismo oferecem são aspectos muito importantes para a manutenção do tecido social rural. A organização e dinâmica das associações são distintas do trabalho mais individualizado nas rotinas dos estabelecimentos familiares, onde geralmente duas ou três pessoas trabalham, como no caso das UPFs da região de Ourinhos. Enquanto nas UPFs, as colaborações de terceiros ou de mão de obra contratada é eventual, o trabalho na associação depende, diuturnamente, da dedicação de seus integrantes. Mesmo com desentendimentos e reclamações sobre a condução dos trabalhos na associação de Ourinhos, é visível o amadurecimento dos seus associados sobre a importância de se participar efetivamente, de se firmar posições, de se aprender mais e mais, não apenas para não ser enganado, mas também para colaborar de forma mais qualificada para o grupo. Em diversas ocasiões, com os agricultores, os diálogos sobre legislação, sobre contratos, sobre custos de transporte permitiram observar o quanto cresceram em aprendizado, a ponto de que, em diversos momentos, foi possível apreender, tal como alunos, inúmeros ensinamentos visto o acúmulo de experiências e de conhecimento destes profissionais da terra. Via associações, os agricultores estabeleceram as primeiras relações comerciais com as prefeituras, deixando de ser apenas atores que recebiam ações sociais ou assistência técnica. Através das entregas de seus alimentos diretamente para escolas (ou nas cozinhas piloto, em Chavantes e em Salto Grande), os agricultores passaram a ser mais valorizados em suas profissões.

Já sobre a reprodução econômica e social da família, através do incremento de renda e das responsabilidades frente ao fornecimento de alimentação escolar em razão do PNAE, a maior parte das famílias precisou redistribuir as tarefas internas e externas. Mesmo sendo masculina e adulta a maior parte da mão de obra no campo (tabela 8), foi possível verificar que mulheres e os jovens também estão tomando à frente da logística da produção e fornecimento dos alimentos para as escolas, do gerenciamento da propriedade e da participação nas associações. É oportunidade para as mulheres rurais, tantas vezes subjugadas a um segundo plano, e para os jovens (de ambos os sexos) de passarem a ter maior espaço de participação e oportunidades no campo. De toda forma, é importante se registrar que as novas

funções desempenhadas pelas agricultoras, de modo geral, não reduziram as atividades e atribuições que antes as mulheres já desempenhavam: continuam responsáveis pelos afazeres domésticos, com pequena participação dos homens. Juntamente com estas mudanças de papéis na família, verificou-se que os jovens rurais possuem cada vez mais estudos, e que, por meio do crescimento de oportunidades para participar ativamente das atividades no campo, aplicar seus conhecimentos e discutir suas opiniões no seio das UPFs e nos fóruns coletivos de debate, a sucessão rural pode ter nova luz, com a manutenção de membros das novas gerações cada vez mais qualificadas no campo e na atividade produtiva rural.

Em resumo, podemos afirmar que foi possível verificar inúmeros impactos da nova legislação do PNAE junto ao poder público e principalmente junto aos agricultores. Por consequência, seus desdobramentos, sob uma análise da multifuncionalidade da agricultura familiar, são consideráveis. A integração de secretarias e setores do poder público para a execução da política de alimentação escolar favorável à agricultura familiar representa um passo importante para o reconhecimento das múltiplas funções dos agricultores familiares. Nosso estudo evidenciou com muita nitidez o incremento de renda para as famílias rurais que fornecem alimentos para as escolas. Os dispositivos criados graças ao PNAE reforçaram o estabelecimento de organização social e coletiva dos agricultores através de associações ou cooperativas. Houve ainda valorização do trabalho da mulher e abertura de espaço para os filhos e filhas neste processo de reconhecimento do papel social dos agricultores graças a novas relações em torno fornecimento de alimentação escolar. O PNAE favoreceu também a organização e o planejamento da produção e da distribuição dos alimentos.

Dentre os aspectos positivos, o PNAE se mostra como uma política pública de caráter transversal, representando um meio consistente para o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar. Esta dissertação salienta estes pontos favoráveis e também aponta para entraves e pontos negativos como forma de contribuir também para a rotina de gestores e membros da sociedade civil encarregados de promover o aprimoramento destes dispositivos de política pública. Trata-se, portanto, de se alavancar ainda mais as conquistas e os resultados desta nova orientação da política de alimentação escolar junto aos agricultores e à

sociedade em geral sem perder de vista a necessidade de se buscar a geração de renda com o desenvolvimento de um trabalho efetivamente cooperativo e a adoção de práticas e sistemas sustentáveis de produção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. **Redescobrimo a família rural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.1, p.66-93, 1986
- ALTIERI Miguel. A. **A falência de um modelo: sistema alimentar na era pós-petroleira**. Agência Carta Maior, 2008. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Sistema-alimentar-na-era-pos-petroleira%0D%0A/7/14140>. Acesso em: 5/09/2016.
- ALTIERI, Miguel. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, ano 13, nº 16, Presidente Prudente, p 22-32,2010. Disponível em <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1362-3896-1-PB.pdf> . Acesso em: 25/10/2016.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995-2015**: avanços e desafios. Brasília SAF/ MDA, 2015. 113 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Manual do Crédito Rural**, 2016. Disponível em <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>. Acesso em: 10/07/2016.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 15/08/2015.
- _____. Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 30/09/2015.
- _____. Lei 11.326 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 18/08/2015.
- _____. Lei 11.947 de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 15/08/2015.
- _____. Lei 12.852 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de

Juventude – SINAJUVE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 30/09/2015.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12,n. 1, p. 205-227, Abril 2004

CATI. Projeto Lupa 2008; Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t193.pdf> Acesso em: 18/09/2015.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F.R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília, 2008, 35p.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginários dos jovens rurais. In. Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.

CARNEIRO, Maria.José.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. [org.] (2009), **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

DUFUMIER, Marc. Campesinato, segurança e soberania alimentar. **Boletim NEAD**, nº 369, março, Brasília,2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/901149>. Acesso em 20/10/2016.

DUKE ENERGY, Usinas. Disponível em <http://www.duke-energy.com.br/usinas/Paginas/OperacaoGeracaoTotal.aspx>. Acesso em: 10/11/2015.

FAO, ESA Working Paper No. 14-02, abril 2014. **What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/019/i3729e/i3729e.pdf> Acesso em: 15/10/2016.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Histórico do PNAE**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 14 de novembro de 2014.

_____. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC. Acesso em: 15/09/2015.

GOMES, João Carlos Costa. As bases epistemológicas da agroecologia. In. Caporal, F.C, Azevedo, E.O. Orgs) **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba, IFPR, 2011.

GRAZIANO, Xico. Preconceito contra a roça. **Beef Point**. Artigo publicado em 27/07/2001. Disponível em <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/espaco-aberto/preconceito-contra-a-roca-5226/>. Acesso em: 15/10/2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique [coord.], **Diretrizes de política agrária e de desenvolvimento sustentável**, Relatório final do projeto UTF/BRA/036, Brasília, FAO/ INCRA, 1995.

GUIMARÃES, Hegler Machado, ALVIM, Maria Isabel da Silva Azevedo. A Conscientização Ambiental: agricultura e desenvolvimento sustentável. In: XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Ribeirão Preto, **Anais...**2005.Ribeirão: Preto, SOBER, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra;2;416.pdf>. Acesso em: 9/9/2016.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo**. 2015. Disponível em http://www.iac.sp.gov.br/solosp/pdf/mapa_pedologico_Solos_Estado_de_Sao_Paulo.pdf. Acesso em: 10/01/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm. Acesso em: 20/04/2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/11/2015.

_____. **Cidades@**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acesso em: 25/01/2016

_____. **Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios sobre Insegurança Alimentar**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000002011241211201443818986695.pdf>. Acesso em: 20/10/2016.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D.M., WILKINSON, J. (Org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPQ/Paralelo, 15, 202, p. 301-328.

MOREIRA, José Roberto, Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v.15, p 39-52, outubro 2000.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo, BLEIL, Susana Inez. A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº 15, Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2000. p.158-177, 2000.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, ano 17, nº 2, p.78-87, 2010.

SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Revista Tempo de Ciência**, 1º semestre, p 57-72, 2008.

Secretaria do Meio Ambiente. **Módulos fiscais por municípios no estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/sicar/files/2014/05/Modulos-Fiscais-por-Municipio.pdf>. Consultado em 18/09/2015.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

VOTORANTIM. USINAS. 2011. <http://www.venergia.com.br/Usinas/Paginas/default.aspx>. Acesso em 10/11/2015.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Prefácio. In: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230p.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre, 2009.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Disponível em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. 8/09/2016.

WWF- Brasil. A **Pegada Ecológica de São Paulo – Estado e capital e a família de pegadas**.
Coord. Michael Becker e Terezinha da Silva Martins, Fabrício de Campos, Juan Carlos Morales.
Brasília, 2012.

Lista com as datas, local e perfil dos agricultores entrevistados de janeiro a março de 2015

Entrevistados		UPF	Município/bairro	Profissão/gênero	Faixa Etária	Associação
Nº	Data					
1	13/01/2015	1	Ourinhos/Ribeirão Grande	Agricultor	Adulto	APPBRG
2	13/01/2015	1	Ourinhos/Ribeirão Grande	Agricultora	Adulto	APPBRG
3	13/01/2015	2	Ourinhos/ Córrego da Onça	Agricultor	Jovem	APPBRG
4	13/01/2015	2	Ourinhos/ Córrego da Onça	Agricultora	Jovem	APPBRG
5	14/01/2015	3	Ourinhos/ Córrego da Onça	Agricultor	Adulto	APPBRG
6	14/01/2015	3	Ourinhos/ Córrego da Onça	Agricultora	Adulta	APPBRG
7	16/01/2015	3	Ourinhos/ Córrego da Onça	Agricultor/estudante	Jovem	APPBRG
8	14/01/2015	4	Ourinhos/Ribeirão Grande	Agricultor	Jovem	APPBRG
9	15/01/2015	5	Ourinhos/ Bairro da Sogra	Agricultor	Idoso	APPBRG
10	15/01/2015	5	Ourinhos/ Bairro da Sogra	Agricultora	Idosa	APPBRG
11	16/01/2015	6	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultor	Idoso	APPBRG
12	16/01/2015	6	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultora	Idosa	APPBRG
13	16/01/2015	6	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultor	Jovem	APPBRG
14	16/01/2015	6	Ourinhos/Vila Christoni	Vendedora	Jovem	APPBRG
15	16/01/2015	7	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultor	Adulto	APPBRG
16	18/01/2015	7	Ourinhos/Vila Christoni	Professora	Adulta	APPBRG
17	16/01/2015	7	Ourinhos/Vila Christoni	Estudante (F)	Jovem	APPBRG
18	16/01/2015	7	Ourinhos/Vila Christoni	Estudante (M)	Jovem	APPBRG
19	26/01/2015	8	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultor	Idoso	APPBRG
20	26/01/2015	8	Ourinhos/Vila Christoni	Agricultora Aposentada	Idosa	APPBRG
21	27/01/2015	9	Ourinhos/ Água do Jacu	Agricultor	Adulto	APPBRG
22	27/01/2015	9	Ourinhos/ Água do Jacu	Comerciante (F)	Adulta	APPBRG
23	27/01/2015	10	Ourinhos/ Água do Jacu	Agricultor	Idoso	APPBRG
24	28/01/2015	11	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultor	Adulto	APPBRG
25	28/01/2015	11	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Dona de casa	Adulta	APPBRG
26	28/01/2015	11	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Estudante (F)	Jovem	APPBRG
27	28/01/2015	12	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultor aposentado	Idoso	APPBRG
28	28/01/2015	12	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultora aposentada	Idosa	APPBRG
29	28/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultor/ dirigente APPBRG	Adulto	APPBRG
30	28/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultora	Adulta	APPBRG
31	29/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Vendedor	Jovem	APPBRG
32	29/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultora	Jovem	APPBRG
33	29/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultora Estudante	Jovem	APPBRG
34	29/01/2015	13	Ourinhos/ Ribeirão Grande	Agricultora aposentada	Idosa	APPBRG
35	30/01/2015	14	Salto Grande	Agricultor/ dirigente APPBRG	Jovem	APPBRG
36	30/01/2015	14	Santo Grande	Estudante (F)	Jovem	APPBRG

Entrevistados		UPF	Município/bairro	Profissão/gênero	Faixa Etária	Associação
Nº	Data					
37	30/01/2015	15	São Pedro do Turvo	Agricultor/ dirigente APPBRG	Adulto	APPBRG
38	30/01/2015	15	São Pedro do Turvo	Comerciária	Adulta	APPBRG
39	19/02/2015	16	Chavantes	Agricultora/ dirigente Frut da Terra	Adulta	Frut. Terra
40	19/02/2015	16	Chavantes	Mecânico	Adulto	Frut. Terra
41	19/02/2015	17	Chavantes	Agricultor/ comerciante - carrinho de lanche	Adulto	Frut. Terra
42	20/02/2015	17	Chavantes	Agricultora/ estudante	Jovem	Frut. Terra
43	20/02/2015	18	São Pedro do Turvo	Agricultor/ comerciante-verdurão	Adulto	Frut. Terra
44	20/02/2015	18	São Pedro do Turvo	Agricultora/comerciante-verdurão	Adulta	Frut. Terra
45	19/02/2015	18	São Pedro do Turvo	Agricultor	Adulto	Frut. Terra
46	20/02/2015	18	São Pedro do Turvo	Comerciante-verdurão/Estudante (M)	Jovem	Frut. Terra
47	21/02/2015	18	São Pedro do Turvo	Estudante (M)	Jovem	Frut. Terra
48	21/02/2015	19	Chavantes	Servidor Público / Agricultor	Adulto	Frut. Terra
49	21/02/2015	19	Chavantes	Agricultora	Adulta	Frut. Terra
50	03/03/2015	20	Salto Grande	Agricultor/ comerciante-verdurão	Adulto	-
51	03/03/2015	20	Salto Grande	Agricultor/ comerciante-verdurão	Adulta	-
53	04/03/2015	20	Salto Grande	Agricultor/ comerciante-verdurão/ Estudante	Jovem	-
53	04/03/2015	20	Salto Grande	Estudante/ comerciante-verdurão (M)	Jovem	-
54	03/03/2015	21	Salto Grande	Agricultor	Adulto	-
55	03/03/2015	21	Salto Grande	Agricultora/ comerciante roupas	Adulta	-
56	03/03/2015	21	Salto Grande	Estudante (F)	Jovem	-

APÊNDICE A. Lista com as datas, cargos, instituição e local das reuniões/entrevistas do Setor Público, de julho de 2014 a fevereiro de 2015.

Entrevistados Nº	Data	Cargo ou Função	Órgão/ setor	Município
57	15/07/2014	Ordenador de compras	Setor de Compras	Ourinhos
58	10/12/2014	Diretor	Sec. Meio Amb. e. Agric	Ourinhos
59	10/12/2014	Secretário	Sec. Meio Amb. e. Agric	Ourinhos
60	09/01/2015	Nutricionista chefe	Setor Alimentação. Escolar	Ourinhos
61	19/01/2015	Eng. Agrônomo	CATI	Ourinhos
62	19/01/2015	Chefe	CATI	Ourinhos
63	19/01/2015	Secretária	Secretaria de Educação	Ourinhos
64	12/02/2015	Ordenador de compras	Setor de Compras	Chavantes
65	12/02/2015	Secretário	Secretaria de Agricultura	Chavantes
66	12/02/2015	Secretária	Secretaria de Educação	Chavantes
67	12/02/2015	Cozinheira	Cozinha Piloto	Chavantes
68	12/02/2015	Nutricionista	Cozinha Piloto	Chavantes
69	13/02/2015	Ordenador de compras	Setor de Compras	Salto Grande
70	13/02/2015	Secretário	Diretoria de Agricultura	Salto Grande
71	13/02/2015	Secretária	Diretoria de Educação	Salto Grande
72	13/02/2015	Cozinheira	Cozinha Piloto	Salto Grande
73	13/02/2015	Nutricionista	Cozinha Piloto	Salto Grande

APÊNDICE B. Roteiro semiestruturado utilizado durante a visita às UPFs

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A entrevista –

a) Parte inicial – Abordagem introdutória

Início de trabalho de campo com a apresentação da pesquisa, conhecimento sobre a família, e motivações para a realização desse trabalho.

Objetivos:

- I integração e estabelecimento de uma relação de confiança e transparência entre pesquisador e pesquisados.

Pontos de interesse para a parte inicial da entrevista:

- Minha origem e trabalho; a motivação para fazer a pesquisa e a definição do local
- Origem da família e sua história (dos entrevistados)
- Quantos integrantes do núcleo familiar, quem são e idade?
- Estado/ Município onde nasceram
- Há quanto tempo estão nesta propriedade / arrendamento/ própria?
- Fazem ou faziam outro tipo de trabalho fora da propriedade
- O que costumam fazer como lazer/ cultura/ entretenimento
- Como era a área da propriedade quando chegaram? Tinha floresta? Tinha pasto? Tinha alguma cultura como café, citrus, cana?

b) Parte 2

Nessa fase, abordaremos os temas mais direcionados ao impacto do PNAE sobre as noções da multifuncionalidade, buscando trabalhar em 4 blocos (A, B, C e D), conforme veremos a seguir.

Objetivos: Levantar aspectos relacionados ao PNAE e seus impactos sobre as noções da multifuncionalidade

Questões e assuntos para a parte 2 da entrevista:

A. Características Técnico-produtivas, diversificação da produção, segurança alimentar da família e distribuição dos trabalhos domésticos e de produção por gênero e faixa etária (jovens, adultos e idosos)

1. São atendidos por Assistência técnica pública? Se sim, de quem? Se não, pagam para alguém dar assistência?
2. A ATER modificou a forma de produção? Como era? Como ficou?
3. Alguma técnica de produção diferente tem sido implementada?
4. Como elaboram os projetos de venda? Como definem o que vão produzir?
5. O que produziam / quanto produziam (área, quantidade) antes do PNAE e depois do PNAE?
6. Há alimentos que não produziam ou não tinham à disposição para a alimentação da família, e agora produzem e comem?
7. Há produtos que são produzidos apenas para a venda, e não fazem parte do cardápio, do almoço/ janta da família?

8. Que tipos de produtos usa para combate a pragas e doenças?
9. Usa algum equipamento (macacão, luvas, botas, óculos, máscara) de proteção para aplicar os produtos?
10. Quais adubos se utiliza? Compostagem? Esterco? Adubo químico?
11. Houve alguma mudança na distribuição do trabalho por causa do PNAE? Quem trabalha na produção/ comercialização? Quem trabalhava antes? Quem trabalha agora? **perguntar para todos**
12. Qual o papel dos filhos na produção / comercialização/ organização familiar? – **perguntar para os filhos**
13. Qual o papel da esposa na produção / comercialização/organização familiar? **perguntar para a esposa.**
14. O que acha sobre entregar seus produtos para alimentar as crianças?

B. Influência do PNAE na renda e no poder de compra na reprodução socioeconômica das famílias rurais

15. Como conheceram o PNAE? Desde quanto entregam para o PNAE?
16. Vendem também para o PAA?
17. Como era a comercialização da produção antes?
18. -Para quem mais vendem, além do PNAE?
19. Como era a renda antes do PNAE? E agora?
20. Qual a importância do PNAE para a família e para a sua atividade como agricultor?

C. Manutenção do tecido social e cultural associado a um determinado território, considerando-se a participação em espaços de gestão coletiva (associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais) e de gestão participativa (Conselhos Municipais e Colegiados Territoriais)

21. Sua família já fazia parte da associação antes do PNAE?
22. Como era a associação antes do PNAE? Houve alguma mudança no número de integrantes?
23. Houve mudança na participação, nas reuniões? Quem da família participa das reuniões da associação?
24. Alguém da família participa de reuniões na prefeitura? E nos sindicatos? Nos conselhos municipais?
25. O PNAE trouxe alguma mudança nas suas relações pessoais com outras pessoas e instituições (prefeitura, sindicatos, associação). Se sim, como você vê essas mudanças?
26. A participação de integrantes da família mudou? Como era? Como ficou? O que isso trouxe de mudança?

D. Conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural

27. Como era a paisagem da propriedade há 10 anos? O que mudou nesse período?
28. A água do rio é poluída por agrotóxicos? Por esgoto? Outros poluentes?
29. Há fossa para o esgoto residencial?
30. Existe reserva legal e área de preservação permanente? Qual seu estado de conservação ou regeneração (pasto, floresta em regeneração, mata fechada)?
31. Com a produção para o PNAE, há mais uso de recursos naturais (água, solo)? Há melhoria na forma de preservá-los?